



## Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

### Diário da Sessão

**X Legislatura**

**Número: 60**

**II Sessão Legislativa**

**Horta, sexta-feira, 11 de abril de 2014**

**Presidente:** *Deputada Ana Luís*

**Secretários:** *Deputada Bárbara Chaves e Deputado Valdemiro Vasconcelos*

### SUMÁRIO

*Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 07 minutos.*

Após a chamada dos Srs. Deputados a sessão iniciou-se com o primeiro ponto da Agenda da Reunião, o [Pedido de urgência de exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 64/X – “Resolve recomendar ao Governo Regional dos Açores que diligencie no sentido de alargar a abrangência do Cartão Interjovem aos jovens açorianos até aos 35 anos de idade, inclusive”](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP.

Justificada a urgência pelo Sr. Deputado Félix Rodrigues (*CDS-PP*), usaram da palavra os Srs. Deputados José Ávila (*PS*) e Cláudio Almeida (*PSD*).

Submetido à votação o pedido de urgência foi rejeitado por maioria.

Posteriormente foi aprovado por unanimidade o [pedido de autorização para o Senhor Deputado Luís Miguel Forjaz Rendeiro prestar depoimento, no processo de inquérito n.º 508/13.8TAAGH, que corre termos junto da secção de processos do Tribunal Judicial de Angra do Heroísmo.](#)

Seguiu-se mais um **pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 68/X – “Recomenda ao Governo Regional dos Açores a aplicação adequada da Remuneração Complementar Regional”**, apresentado pelos Grupos Parlamentares do PSD e CDS-PP e pelas Representações Parlamentares do BE, PCP e PPM.

Justificada a urgência e a dispensa de exame em Comissão pela Sra. Deputada Zuraída Soares (*BE*), usou de seguida da palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires (*PCP*).

O pedido de urgência e dispensa de exame em comissão foi aprovado por unanimidade.

Seguiu-se o debate do [Projeto de Resolução n.º 68/X – “Recomenda ao Governo Regional dos Açores a aplicação adequada da Remuneração Complementar Regional”](#), apresentado pelos Grupos Parlamentares do PSD e CDS-PP e pelas Representações Parlamentares do BE, PCP e PPM.

Usaram da palavra a Sra. Deputada Zuraída Soares (*BE*), os Srs. Deputados Aníbal Pires (*PCP*), Artur Lima (*CDS-PP*), Joaquim Machado (*PSD*), Francisco Coelho (*PS*), Paulo Estêvão (*PPM*), bem como o Sr. Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*).

Submetido à votação, o Projeto de Resolução foi rejeitado por maioria.

Proferiram declarações de voto os/a Srs./a Deputados/a Aníbal Pires (*PCP*), Francisco Coelho (*PS*), Joaquim Machado (*PSD*), Zuraída Soares (*BE*), Artur Lima (*CDS-PP*) e Paulo Estêvão (*PPM*).

Por fim, foi aprovada por unanimidade a Proposta de Deliberação que declara findo o período legislativo de abril.

*Os trabalhos terminaram às 13 horas e 27 minutos.*

**Presidente:** Bom dia a todos.

Vamos começar pela chamada. Tem a palavra o Sr. Secretário.

**Secretário:** Muito bom dia.

*Procedeu-se à chamada à qual responderam os/as seguintes Deputados/as:*

***Partido Socialista (PS)***

**Ana Luísa Pereira Luís**

**André Cláudio Gambão Rodrigues**

**André Jorge Dionísio Bradford**

**Arlinda Maria Focha Nunes**

**Bárbara Pereira Torres de Medeiros Chaves**

**Benilde Maria Soares Cordeiro de Oliveira**

**Berto José Branco Messias**

**Catarina Paula Moniz Furtado**

**Cláudia Alexandra Coelho Cardoso Meneses da Costa**

**Domingos Manuel Cristiano Oliveira da Cunha**

**Duarte Manuel Braga Moreira**

**Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral**

**Iasalde Fraga Nunes**

**Isabel Maria Duarte de Almeida Rodrigues**

**José António Vieira da Silva Contente**

**José Manuel Gregório de Ávila**

**Lizuarte Manuel Machado**

**Lúcio Manuel da Silva Rodrigues**

**Manuel Alberto da Silva Pereira**

**Marta Cristina Moniz do Couto**

**Miguel António Moniz da Costa**

**Paulo Alexandre Vieira Borges**

**Pedro Miguel Medeiros de Moura**

**Renata Correia Botelho**

**Ricardo Bettencourt Ramalho**

**Ricardo Manuel Viveiros Cabral**

**Rogério Paulo Lopes Soares Veiros**

**Partido Social Democrata (PSD)**

**António Augusto Baptista Soares Marinho**

**António Lima Cardoso Ventura**

**António Oldemiro das Neves Pedroso**

**Bruno Filipe de Freitas Belo**

**Cláudio Borges Almeida**

**Duarte Nuno D'Ávila Martins de Freitas**

**Humberto Trindade Borges de Melo**

**João Luís Bruto da Costa Machado da Costa**

**Jorge Alberto da Costa Pereira**

**Jorge Manuel de Almada Macedo**

**José Joaquim Ferreira Machado**

**José Maria de Medeiros Andrade**

**Luís Carlos Correia Garcia**

**Luís Maurício Mendonça Santos**

**Luís Miguel Forjaz Rendeiro**

**Maria Judite Gomes Parreira**

**Paulo Henrique Parece Baptista**

**Renato Jonas de Sousa Linhares Cordeiro**

**Valdemiro Adolfo dos Santos Vasconcelos**

**Centro Democrático Social/Partido Popular (CDS-PP)**

**Ana Carina Alberto Espínola**

**Artur Manuel Leal de Lima**

**António Félix Flores Rodrigues**

**Bloco de Esquerda (BE)**

**Zuraida** Maria de Almeida **Soares**

**Partido Comunista Português (PCP)**

**Aníbal** da Conceição **Pires**

**Partido Popular Monárquico (PPM)**

**Paulo** Jorge Abraços **Estêvão**

**Presidente:** Obrigada, Sr. Secretário.

Estão presentes 50 Sras. e Srs. Deputados, o que significa que temos quórum.

Declaro aberta a sessão. Pode entrar o público.

Entramos no ponto 10 da nossa Agenda: **Pedido de urgência de exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 64/X – “Resolve recomendar ao Governo Regional dos Açores que diligencie no sentido de alargar a abrangência do Cartão Interjovem aos jovens açorianos até aos 35 anos de idade, inclusive”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP.

Para justificar a urgência tem a palavra o Sr. Deputado Félix Rodrigues.

(\*) **Deputado Félix Rodrigues (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Este pedido de análise em Comissão do Projeto de Resolução que “Recomenda o Governo Regional dos Açores que diligencie no sentido de alargar a abrangência do Cartão Interjovem aos jovens açorianos até aos 35 anos de idade” pretende que o documento seja analisado no próximo Plenário, para tentar harmonizar alguns projetos e programas existentes que fazem diferentes classificações do que é que é um jovem açoriano.

Para tentarmos perceber a importância disso, ou tentar harmonizar esse conceito de jovem, basta ver que nos Conselhos Municipais de Juventude os jovens são considerados indivíduos entre os 18 e os 35 anos; no Empreende Jovem também tem exatamente o mesmo escalão etário; no PRORURAL, por

exemplo, na medida 1.2 consideram-se jovens os indivíduos que têm idades até aos 35 anos e assim sucessivamente.

Ora o que nós pretendíamos era que o diploma já fosse discutido no próximo Plenário de modo a que os jovens desse escalão etário, até aos 35 anos, já pudessem usufruir dos benefícios do Cartão Interjovem na próxima época alta do turismo açoriano.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** É bom para si!

**Deputado André Bradford (PS):** Para mim? Eu já não tenho idade. Bem que eu gostava!

**Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** É jovem, mas é de espírito!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Ávila.

(\*) **Deputado José Ávila (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Relativamente a este pedido de urgência de exame em Comissão do Projeto de Resolução que foi apresentado pelo Sr. Deputado Félix Rodrigues, o Grupo Parlamentar do PS entende que possivelmente não será possível que os cinco dias previstos no Regimento sejam o suficiente para fazer a análise deste diploma, mas de qualquer maneira pode assumir aqui que tudo fará para que este Projeto de Resolução suba a Plenário no próximo mês.

Muito obrigado.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Cláudio Almeida.

(\*) **Deputado Cláudio Almeida (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Para afirmar que o PSD vai aprovar aqui a urgência porque de facto com a aproximação da época alta e do transporte marítimo, nomeadamente relacionado com os jovens e com o Cartão Interjovem, é nessa época que se afirma e se tem mais movimento inter-ilhas.

De facto é importante que haja urgência para que o público-alvo e os jovens possam adquirir o cartão atempadamente.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

*(Pausa)*

Não havendo vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

**Secretário:** O pedido de urgência de exame foi rejeitado com 27 votos contra do PS, 17 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 voto contra do PPM.

**Deputado Jorge Macedo (PSD):** Esse voto contra é para não ter de trabalhar na Páscoa!

**Presidente:** Obrigada, Sra. Secretária.

Vamos avançar na nossa agenda para o ponto 11: **Pedido de autorização para o Senhor Deputado Luís Miguel Forjaz Rendeiro prestar depoimento, no processo de inquérito n.º 508/13.8TAAGH, que corre termos junto da secção de processos do Tribunal Judicial de Angra do Heroísmo.**

O relatório foi distribuído, é do conhecimento de todos.

Deduzo que não deve haver inscrições pelo que vamos passar de imediato à sua votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam com o relatório façam o favor de se manter como estão.

**Secretário:** O relatório apresentado foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Obrigada, Sra. Secretária.

Passamos para o ponto 12: **Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 68/X – “Recomenda ao Governo Regional dos Açores a aplicação adequada da Remuneração**

**Complementar Regional**”, apresentado pelos Grupos Parlamentares do PSD e CDS-PP e pelas Representações Parlamentares do BE, PCP e PPM.

Pergunto quem vai apresentar a urgência.

Sra. Deputada Zuraida Soares tem a palavra.

(\*) **Deputada Zuraida Soares (BE)**: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Este Projeto de Resolução subscrito por todos os partidos da oposição na realidade recomenda ao Governo Regional a aplicação adequada da remuneração complementar regional.

Fazemos este pedido com urgência atendendo à constatação de que a aplicação do Decreto Legislativo Regional do Orçamento para 2014, nomeadamente a alteração da remuneração complementar que visava compensar os trabalhadores do setor público regional dos cortes salariais impostos pelo Orçamento de Estado na sua remuneração base, por via do disposto no 11º., ponto 3, do nosso Orçamento Regional, é anulada pela aplicação deste artigo, o que introduziu para milhares de trabalhadores açorianos deste setor, em relação às expetativas criadas, uma flagrante injustiça.

A reparação deste facto o mais rapidamente possível é a razão desta urgência.

Muito obrigada.

**Presidente:** Obrigada, Sra. Deputada.

Estão abertas as inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(\*) **Deputado Aníbal Pires (PCP)**: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Não é necessário explicitar qual o sentido de voto da Representação Parlamentar do PCP sobre este pedido de urgência, uma vez que a Representação Parlamentar do PCP é uma das forças políticas subscritoras desta iniciativa, mas importa dizer aqui que de facto trata-se de um assunto que está de alguma forma a afetar o rendimento dos trabalhadores da administração pública regional, com a extensão ao setor público empresarial da Região, a criar também algumas dificuldades e alguns constrangimentos.



Julgo que tendo esta iniciativa o Orçamento da Região no que concerne às questões da remuneração complementar ter sido aprovada por unanimidade por esta câmara, há aqui necessidade que esta câmara possa tomar todas as iniciativas (esta será uma delas e certamente não se esgotará aqui a tentativa de resolução do problema) e portanto julga a Representação Parlamentar do PCP que é importante que esta câmara possa corrigir aquilo que é o espírito da remuneração complementar e o espírito que presidiu à iniciativa que todos nós aqui aprovámos, tendo sido apresentada pelo Governo, mereceu o aval de todas as forças políticas.

Para já ficava-me por aqui Sra. Presidente.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

*(Pausa)*

Não havendo vamos então passar à votação do pedido de urgência.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

**Secretário:** O pedido de urgência foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Tendo sido aprovada a urgência então avançamos para o ponto 13 para o Projeto de Resolução em concreto.

A Sra. Deputada também é que o vai apresentar?

Tem a palavra então Sra. Deputada.

(\*) **Deputada Zuraída Soares (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Perante os cortes salariais impostos sobre os salários da administração pública e fazendo uso das prerrogativas autonómicas, todos nos lembramos que em 2011 foi introduzida na nossa Região a remuneração compensatória.

Dizia então o PS, e com razão, que esta medida visava proteger os trabalhadores açorianos de uma política errada do Governo da República atentatória dos trabalhadores, da economia em geral e da nossa em particular.

Perante novos cortes salariais perpetrados pelo Governo da República sobre os mesmos trabalhadores para o ano de 2014 anunciado desde setembro de 2013, gerou-se nos Açores um movimento de opinião para que mais uma vez as prerrogativas autonómicas fossem assumidas de forma a colmatar mais esta injustiça para os trabalhadores, para o seu poder de compra e para a economia açoriana.

Apresentou então o Governo Regional, sensível que foi a esta pretensão da opinião pública açoriana, uma solução que disse estudada, ponderada mas diferente da solução que antes tinha criado, ou seja, da remuneração compensatória de 2011.

No dizer do Governo Regional, à altura, esta solução, através do aumento da remuneração complementar regional, visava impedir que os trabalhadores do setor público açoriano fossem penalizados pelas políticas erradas do Governo da República.

Apesar da leitura dúbia que representava já na altura o disposto no artigo 11º. do orçamento regional, foi aceite por esta casa e votada por unanimidade a proposta governamental.

A leitura que nesta casa se fez e que os trabalhadores fizeram coincidia com o discurso governamental de que ao corte dos salários por via do Orçamento de Estado, era contraposto o aumento da remuneração complementar regional de uma forma linear.

Em finais de janeiro de 2014 com a aplicação do orçamento regional começaram os trabalhadores a constatar que a aplicação pelo Governo Regional do Decreto-Lei do Orçamento não coincidia com o discurso anterior, nem com o consenso (sabemos hoje completamente ilusório) sobre o entendimento desta matéria.

É nesta compreensão que os partidos signatários desta Resolução pretendem em consonância com o Governo Regional e com o PS, criar mecanismos para que o consenso que parecia existir sobre esta matéria (o discurso do PS e o discurso do Governo Regional) seja repostado, isto é, que o salário base dos trabalhadores, ao qual o Orçamento de Estado fez mais um corte, tenha a compensação através

do aumento do número de trabalhadores abrangidos e do aumento desta remuneração conforme à data foi anunciado.

Exatamente por isso, e eximindo-me a ler nesta câmara os considerandos deste Projeto de Resolução, vou diretamente às recomendações que fazemos:

A primeira: “que o Governo Regional aplique de forma adequada a remuneração complementar regional respeitando o espírito e a letra do Decreto Legislativo Regional nº. 8/2002/A, de 10 de abril que a instituiu e segundo ponto desta resolução: “os Grupos e Representações Parlamentares da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores que subscrevem este Projeto de Resolução comprometem-se a viabilizar uma Proposta de Decreto Legislativo Regional que venha suprimir a redução da poupança decorrente da não dedução à remuneração complementar regional de quaisquer horas extraordinárias, suplementares ou dia de descanso e feriados ou outros de natureza idêntica”.

A este propósito vale a pena também dizer que há trabalhadores que ainda hoje estão para saber o que é que exatamente significa “outros de natureza idêntica”, dado que por exemplo segundo uma nota da Vice-Presidência há uma informação de que a isenção de horário não está incluída nestas “outros de natureza idêntica”.

Mas aparentemente ou na realidade existem pareceres jurídicos que dizem que esta matéria faz parte da dedução remuneratória.

**Vice-Presidente do Governo Regional** (*Sérgio Ávila*): Foi o diploma que a senhora votou!

**A Oradora:** Não. Estou a perguntar ao Governo o que é que exatamente quer dizer “outros de natureza idêntica”, porque a nota da Vice-Presidência diz o contrário dos pareceres jurídicos, ...

**Vice-Presidente do Governo Regional** (*Sérgio Ávila*): A senhora é que votou a proposta. Não sabe o que é que vota?

**A Oradora:** ... portanto, não sabemos o que é que votamos. Não sei é se o Governo Regional sabe exatamente aquilo que propôs e a intenção com que propôs.

**Vice-Presidente do Governo Regional** (*Sérgio Ávila*): Mas quem é que votou?

**Deputado Paulo Estêvão** (*PPM*): Muito bem!

**A Oradora:** Mas este debate, Sr. Vice-Presidente, terá oportunidade de clarificar isso, face ao debate e face aos trabalhadores desta Região.

**Presidente:** Obrigada, Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Vice-Presidente do Governo.

(\*) **Vice-Presidente do Governo Regional** (*Sérgio Ávila*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

A minha primeira intervenção é muito rápida.

O título desta Proposta de Resolução é: Recomenda ao Governo Regional dos Açores a aplicação adequada da Remuneração Complementar Regional, nos termos e à letra do decreto Legislativo Regional 8/2002/A.

A minha pergunta muito concreta é, Sra. Deputada Zuraída Soares, qual é a norma, o ponto deste Decreto Legislativo Regional, que o Governo dos Açores não está a cumprir, para saber exatamente onde é que está a aplicação adequada, ou seja, qual é o ponto muito concretamente do Decreto Legislativo Regional 8/2002/A, com a sua atual redação que o Governo não está a cumprir?

Diga claramente que ponto é que o Governo não está a cumprir.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Vice-Presidente.

Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(\*) **Deputado Aníbal Pires** (*PCP*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

O que se pretende com este Projeto de Resolução é que o PS e o Governo ...

**Vice-Presidente do Governo Regional** (*Sérgio Ávila*): Não cumpra a lei. Os senhores é que a aprovaram e estão a recomendar que não se cumpra a lei!

**O Orador:** Não é isso Sr. Vice-Presidente e V. Exa. sabe que não é isso.

De qualquer forma gostaria de fazer aqui um pequeno histórico relativamente à questão do orçamento.

A Representação Parlamentar do PCP apresentou em sede da discussão do Orçamento e do Plano para 2014 uma proposta diferente daquela que veio a ser aprovada, ...

**Vice-Presidente do Governo Regional** (*Sérgio Ávila*): É a primeira vez na vida que recomendam que o Governo não cumpra a lei!

**O Orador:** ... e também aprovada pelo PCP e que foi uma proposta de remuneração compensatória alargada a todos os níveis salariais da administração pública regional, à semelhança do que fez para 2012 e para 2013 e à semelhança do que aconteceu em 2012 e 2013 essa proposta do PCP, que visava a compensação dos cortes, foi reprovada pela câmara.

Ora bem, é evidente que votámos a remuneração complementar, discordando no entanto até porque sempre o dissemos e afirmámo-lo que a remuneração complementar na génese da sua criação não tinha a ver propriamente com nenhum tipo de compensação por cortes, mas a génese da remuneração complementar tem a ver com a compensação por custos da insularidade, pelos chamados custos de insularidade.

Parece-me que estamos todos de acordo até porque a maioria dos partidos que aqui estão estiveram na construção dessa e doutras medidas que foram tomadas no fim da década de 90, princípio da década de 2000, e portanto sabemos daquilo que estamos a falar e foi para isso que a remuneração complementar foi criada.

A solução encontrada e que o PCP votou desvirtua de alguma maneira aquilo que é a remuneração complementar. Como todos sabemos houve um atraso na publicação do Orçamento da Região que se deveu ao veto do Sr. Representante da República, ou melhor ao veto não, mas ao pedido de fiscalização do Sr. Representante da República ao Tribunal Constitucional, portanto sofreu um atraso.

A aplicação da remuneração complementar iniciou-se posteriormente (não foi logo em janeiro) e à medida que a sua aplicação começou a ser feita os trabalhadores da administração pública regional legitimamente começa uma contestação relativamente à aplicação daquela medida. Afinal à remuneração complementar, são subtraídos outros tipos de rendimentos.

Portanto, julgo que a resposta desta câmara e não é a resposta apenas dos partidos da oposição, tem de ser também a resposta do PS e a disponibilidade do Governo, porque no fundo Sr. Vice-Presidente o objeto...

**Vice-Presidente do Governo Regional** (*Sérgio Ávila*): Responda à minha pergunta. O que é que o Governo não está a cumprir daquilo que foi aprovado?

**O Orador:** Oh Sr. Vice-Presidente a pergunta foi dirigida à Deputada Zuraída Soares e ela vai responder-lhe.

**Deputada Zuraída Soares** (*BE*): Ou aos outros!

**Vice-Presidente do Governo Regional** (*Sérgio Ávila*): Qual é o ponto onde o Governo não está a cumprir?

**Deputado Paulo Estêvão** (*PPM*): Pergunte aos trabalhadores que eles dizem o que é que não está a ser cumprido!

**Presidente:** Não vamos entrar em diálogo. O Sr. Deputado Aníbal Pires está no uso da palavra. Vamos permitir que ele possa concluir a sua intervenção.

Tem a palavra Sr. Deputado.

**O Orador:** Muito obrigado Sra. Presidente.

Como estava a dizer e agradecia que me deixassem concluir, é evidente que a pergunta foi feita diretamente à Deputada Zuraída Soares, mas eu também vou responder ao Sr. Vice-Presidente, relativamente a isso.

Aquilo que se pretende com esta iniciativa é que esta Assembleia, até pela própria iniciativa do Governo, reponha aquilo que é o espírito e que as normas que foram aprovadas correspondam efetivamente àquilo que foi o discurso da implementação deste novo modelo de remuneração complementar com o qual até nós discordamos, como já tive oportunidade de dizer.

**Vice-Presidente do Governo Regional** (*Sérgio Ávila*): Qual é a norma que não está a ser aplicada?

**O Orador:** A resposta para além doutras respostas que possam ser dadas, Sr. Vice-Presidente, é esta: há necessidade de corrigir a forma como a remuneração complementar foi desenhada em termos do orçamento.

Portanto, é a Assembleia ...

**Vice-Presidente do Governo Regional** (*Sérgio Ávila*): A Assembleia!

**O Orador:** ... e é isto que a Assembleia neste momento está a propor, é exatamente isso.

Agora é necessário certamente que haja disponibilidade do Governo para o fazer e sobretudo que haja disponibilidade do PS para repor uma questão que é de justiça, é sobretudo de justiça.

**Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** Então o que é que o Governo tem a ver com isto?

**O Orador:** Tem Sr. Vice-Presidente, claro que tem. O Governo é suportado pelo PS e, como V. Exa. sabe, é necessário o apoio do PS para que esta situação seja resolvida e julgo eu que é do interesse desta Assembleia e de todos os Grupos e Representações Parlamentares que têm aqui assento parlamentar que este problema seja resolvido. É isso que os trabalhadores da administração regional estão à espera, é disso que os trabalhadores do setor empresarial do estado estão à espera, é de uma resposta desta Assembleia que tem de envolver-nos a todos.

Portanto, a resposta Sr. Vice-Presidente, é essa: temos de resolver o problema!

**Deputado Berto Messias (PS):** Os senhores continuam é sem responder à pergunta!

**Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** Onde é que o Governo não cumpre?

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(\*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Sr. Vice-Presidente, ninguém aqui disse que o Governo não cumpre a lei. O que aqui se diz, Sr. Vice-Presidente é que o Governo tem que corrigir uma injustiça. É essa a intenção deste Projeto de Resolução: corrigir uma injustiça.

Vou dizer-lhe já de início, Sr. Vice-Presidente, votámos favoravelmente isto. Votámos favoravelmente. Agora, não temos nenhum problema, tendo votado favoravelmente uma norma de boa-fé que queríamos que fosse beneficiar os trabalhadores, *a posteriori*, chegando à conclusão, por denúncia dos próprios

trabalhadores, de alguns setores e de alguns profissionais que não podem fugir à prestação de horas extraordinárias, para o bom funcionamento dos serviços, admira-me o PS e sobretudo a ala mais esquerdista do PS ...

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** Ala mais esquerdista! Onde é que está a ala mais esquerdista?!

**O Orador:** ... vindo das profundezas mais esquerdistas da sociedade, concordar com isto e depois vêm armar-se em defensores dos trabalhadores, quando os senhores são os próprios que sugerem aos trabalhadores que então em vez de remuneração troquem por dias de descanso. Tirem dias! É a ordem que é dada na administração pública. Tirem dias! Sabe porquê Sr. Vice-Presidente? Porque o seu défice é apenas uma miragem, não é real e é à conta destes trabalhadores que se faz esse tipo de coisas.

É corrigir uma injustiça e é para isso que nós estamos disponíveis e dispostos e creio que também o PS, como defensor dos trabalhadores, estará disponível para isso. Corrigir uma injustiça, de uma norma que todos nós votamos de boa-fé, Sr. Vice-Presidente. De boa-fé, Sr. Vice-Presidente! Repito, de boa-fé!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

(\*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Só não erra quem nada faz, mas quem faz e fazendo erra, tem sempre a oportunidade de corrigir para fazer mais e melhor.

O artigo do Orçamento Regional, onde deu origem a este problema, foi aprovado por unanimidade, portanto também com o voto favorável do PSD.

Fizemo-lo na convicção de que dessa redação não resultava o efeito entretanto identificado, o qual traz manifesto prejuízo para os trabalhadores.

Não vislumbramos o alcance e dimensão do que aquele artigo dispõe. Com toda a humildade democrática reconhecemo-lo.

Por isso mesmo aqui está o PSD disposto a contribuir para uma solução, isto é, que se respeite o verdadeiro espírito da remuneração complementar e cito a lei, o diploma que o criou: “ atenuar a diferença do nível do custo de vida nos



Açores, em relação ao continente, designadamente os derivados dos custos de insularidade”. Citei.

Portanto, desse modo irmos ao encontro dos direitos e das expectativas dos trabalhadores.

Este Projeto de Resolução é o único instrumento regimental que o Parlamento tem ao seu dispor para procurar resolver este problema, já que a competência formal e material neste domínio está cometida ao Governo Regional. Ao Parlamento cabe apenas o poder da sua aprovação.

Reconhecido o erro, involuntário, é certo, e feito o que está ao nosso alcance, o que legalmente o Parlamento pode fazer, a questão resume-se então à sua dimensão política e aqui, em primeiro lugar importa saber qual é o entendimento do Governo Regional sobre os critérios da aplicação da remuneração complementar.

A redação que o Governo Regional fez aprovar, era mesmo para deduzir os suplementos remuneratórios, ou tratou-se também de um lapso?

A pergunta é agora para o Sr. Vice-Presidente, porque ainda há instantes fez uma pergunta à oposição, mas no Parlamento a oposição também faz perguntas ao Governo.

**Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** Não sabe o que é que aprova!

**O Orador:** Portanto, ficamos também à espera desta resposta e a pergunta é, eu repito: A redação que o Governo Regional fez aprovar, era mesmo para deduzir os suplementos remuneratórios, ou tratou-se também de um lapso?

Se não se tratou de um erro, estamos entendidos. Se foi lapso e o Governo Regional não quer corrigir, também estamos entendidos.

O problema que aqui temos para resolver é um caso de moralidade. Moral e politicamente cumprimos o nosso dever, a nossa obrigação. O PS e o Governo Regional têm a palavra final, ou ficam do lado dos trabalhadores, ou mais uma vez confirma-se que o discurso não rima com a prática e portanto com prejuízo para os açorianos.

Disse.

**Vozes dos Deputados da bancada do PSD:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)*

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Coelho.

**(\*) Deputado Francisco Coelho (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Estamos na discussão de uma Resolução que se prende com a remuneração complementar e desde logo é importante situar o assunto neste âmbito, e tivemos várias oportunidades ao longo dos últimos tempos de discutir este assunto, atenta a sua importância, a sua essencialidade que tem a ver com os fundamentos da autonomia e atendendo também, é preciso nunca esquecer, aquilo que foi feito exatamente no diploma que estamos a discutir e que estamos com algumas angústias de interpretação que é o orçamento para o corrente ano.

O orçamento para o corrente ano, resumindo e concatenando, Sras. e Srs. Deputados, fez o mais ambicioso alargamento da remuneração complementar, ...

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** Desvirtua!

**O Orador:** ... o que aliás provocou suspeitas nos centralistas do costume e até acirrou aquela coisa triste mas frequente que é sempre a socialização da inveja. Felizmente estivemos unidos na defesa do instituto e na defesa desse alargamento. Felizmente tivemos razão e razão reconhecida por alguém muito pouco generoso tradicionalmente em dar-nos razão como foi o Tribunal Constitucional.

A Resolução que estamos a discutir, havemos de convir, tem uma redação e um estilo um pouco peculiares e efetivamente o Sr. Vice-Presidente do Governo tem razão quando pergunta quais são as dúvidas de interpretação. Nós para avançarmos nesta questão temos que nos deixar de rodriguinhos e temos que ser claros.

Temos que ser claros em primeiro lugar em reconhecer que o Governo foi absolutamente claro, transparente e honesto na proposta que apresentou. Sras. e Srs. Deputados, desta vez não se possa falar em problemas de redação final. Penso que a redação que nos foi aqui proposta manteve-se sempre a mesma, não levantou qualquer tipo de dúvida então, não foi alvo de qualquer proposta de alteração ...

**Vice-Presidente do Governo Regional** (*Sérgio Ávila*): Muito bem!

**O Orador:** ... e penso que não é difícil interpretar quando se fala em suplementos remuneratórios derivados de trabalho suplementar extraordinário ou em dias de descanso e feriados. Todos sabemos do que é que estamos a falar. Portanto, Sras. e Srs. Deputados, o proponente foi absolutamente claro e leal, o proponente, sejamos justos, não terá culpa se porventura os destinatários estiveram menos atentos, ou alguns desses destinatários.

Portanto, não há aqui erro, Sr. Deputado Joaquim Machado, aliás aproveito naturalmente para saudá-lo, é com muito gosto que o vejo a defender uma ampla dilatada remuneração complementar o mais generosa possível para os trabalhadores. Isso dá-nos sempre esperança na democracia e na sabedoria que o tempo sempre nos traz.

Portanto, não havendo aqui qualquer dúvida acerca do que o Governo queria, não há erro. O Governo tem determinado tipo de objetivos com esta norma, reconheçamos, é inovadora, parece restritiva e até um pouco drástica, mas esta norma terá com certeza algum objetivo.

Tenho a certeza que se a lerem (tenho a certeza sem qualquer tipo de retórica ou ironia) que as Sras. e os Srs. Deputados conseguem descortinar qual é o objetivo desta norma e tenho também a certeza que são capazes de concordar com ela.

Para já fico-me por aqui.

Muito obrigado.

**Vice-Presidente do Governo Regional** (*Sérgio Ávila*) e **Vozes do Deputados da bancada do PS:** Muito bem! Muito bem!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Vice-Presidente.

(\*) **Vice-Presidente do Governo Regional** (*Sérgio Ávila*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Pelas intervenções feitas até agora ficou claro duas coisas: Primeiro, o Governo cumpre integralmente, sem qualquer desvio, a norma sobre a remuneração complementar que foi aprovada por todos os partidos políticos nesta Assembleia, ou seja, o Governo cumpre integralmente a lei e cumpre a lei que todos os partidos concordaram em todas as suas normas.

Ora bem, se o Governo cumpre integralmente a lei, sem qualquer dúvida e cumpre a lei nos exatos termos em que todos os partidos a aprovaram como é que pode haver uma resolução que diga que o Governo aplique de forma adequada a lei que todos reconhecem que o Governo aplica corretamente?

Portanto, não sei o que é que estamos aqui a tratar.

**Deputado Artur Lima** (*CDS-PP*): Sabe, sabe!

**Deputada Zuraída Soares** (*BE*): Sabe, sabe! Sabe perfeitamente do que é que estamos aqui a tratar.

**O Orador:** Se todos reconhecem que o Governo cumpre a lei, a lei nos termos que os senhores aprovaram, a única coisa que se pode deduzir daqui é que os senhores estão a recomendar ao Governo que não cumpra a lei aprovada por esta Assembleia, ou seja, o que os senhores estão a recomendar ao Governo é que não faça aquilo que os senhores mandaram o Governo fazer.

Se é disso que estamos a falar estamos muito esclarecidos sobre essa norma.

Em segundo lugar sobre a redação: a redação da norma é claríssima. Claríssima! Não levantou quaisquer dúvidas, foi uma norma incluída desde a primeira proposta inicial, esteve mais de um mês em debate na comissão, foram ouvidos todos os parceiros sociais, todos os partidos pronunciaram-se e ninguém propôs qualquer alteração a uma norma que está em vigor. Está em vigor por decisão unânime dos Srs. Deputados de todos os partidos.

Por isso das duas, uma: ou esta resolução não faz qualquer sentido, ou a única solução que os senhores estão a propor é ao Governo que não cumpra a lei que os senhores aprovaram e isso é pela primeira vez na história desta Assembleia

que se recomenda ao Governo que o Governo não cumpra escrupulosamente como está a fazer uma norma emanada desta Assembleia. Isto não é pois uma Resolução que visa resolver um prolema, é uma Resolução que visa pôr em causa o funcionamento desta Assembleia.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Vice-Presidente.

Tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

(\*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Parafraseando o Sr. Vice-Presidente diria que pelas intervenções do Governo Regional e do PS feitas até agora várias conclusões são já possíveis.

Primeira conclusão: o mesmo partido e o mesmo Governo que diz dentro desta casa ou fora dela que o Governo da República transforma as pessoas numa folhinha de Excel, e com razão, ...

**Deputado André Bradford (PS):** Ó senhora, uma coisa não tem nada a ver com a outra!

**A Oradora:** ... é o mesmo partido e o mesmo Governo que transforma os trabalhadores desta Região em normas.

**Deputado André Bradford (PS):** Não são normas, é a lei!

**A Oradora:** O problema para o Governo Regional e para o PS são as normas.

**Deputado André Bradford (PS):** É a lei!

**Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** É a lei que a senhora aprovou!

**A Oradora:** Para o Governo da República é a folha de Excel; para os partidos das oposições são os trabalhadores, são as pessoas e são os seus direitos.

**Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** É a lei que a senhora aprovou, ou não quer que cumpramos a lei?

*(Apartes inaudíveis entre os Deputados das diversas bancadas)*

**A Oradora:** Posso continuar Sra. Presidente?

**Presidente:** Vamos permitir que a Sra. Deputada possa continuar a sua intervenção.

Tem a palavra Sra. Deputada.

**A Oradora:** Segunda conclusão: o que nós estamos a debater, Sr. Vice-Presidente, vou dizer-lhe exatamente o que é: o que nós estamos a debater, de facto, são os anúncios em catadupa que afinal visavam apenas uma mera campanha eleitoral e propagandística da parte do Governo Regional e da parte do PS quando disse aos sete ventos a todos os trabalhadores da administração pública desta Região que iriam ser compensados dos cortes ferozes, desonestos, neoliberais do Governo da República.

**Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** E foram!

**A Oradora:** Os cortes, os senhores chamaram-lhes tudo, disseram e escreveram que os trabalhadores desta Região não seriam prejudicados, porque o Governo Regional e o PS não deixavam, porque as nossas contas estavam todas em dia, porque tínhamos dinheiro, dada a boa gestão, para compensar as famílias e os trabalhadores. É isto que nós estamos a debater Sr. Vice-Presidente, ou seja, aquilo que o Governo e o PS anunciaram, mais, prometeram e comprometeram-se perante os trabalhadores desta Região.

Depois, dizer-lhe também que o BE não tem o mínimo problema em assumir aqui nesta casa e nesta bancada que foi na cantiga do Governo.

**Deputada Isabel Almeida Rodrigues (PS):** Logo a senhora! Tenha dó!

**A Oradora:** Foi na cantiga do Governo Regional, foi na cantiga do PS.

Agora, o BE também assume que está extremamente bem acompanhado, porque na cantiga do Governo e do PS foram os trabalhadores da administração pública desta Região quando pensavam que afinal iam ser compensados do corte, ...

**Deputado André Bradford (PS):** E estão a ser!

**A Oradora:** ... foi a opinião pública desta região, foram todos os partidos da oposição e assumir o erro é exatamente criar caminho para o corrigir.

Também é isso que os partidos da oposição estão a fazer com este Projeto de Resolução.

Agora a questão que se levanta de facto é, se Governo e o PS agiram de boa-fé ou agiram de má-fé.

Se o PS e o Governo Regional quando prometeram aos trabalhadores que eles iriam ser compensados, estavam a falar verdade ou estavam a fazer propaganda eleitoral, ...

**Deputado Manuel Pereira (PS):** E a senhora está a fazer retórica!

**A Oradora:** ... porque nenhum Membro do Governo Regional, nenhum Deputado ou Deputada do PS alguma vez disse aos trabalhadores que da remuneração complementar iria retirar-lhes as horas extraordinárias...

**Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** Foi o que a senhora votou!

**A Oradora:** Governo Regional e PS!

... suplementares, dias de descanso e feriados e outros de natureza idêntica que ainda estamos para saber o que é que querem dizer.

**Deputado André Bradford (PS):** Não sabe o que é que fez!

**A Oradora:** Portanto das duas, uma: ou o Governo Regional foi honesto na proposta que fez e se foi honesto na proposta que fez e a proposta era ressarcir os trabalhadores dos cortes do Governo da República e então tem que arrepiar caminho e tem que corrigir aquela norma (ponto 3, do artº. 11º) ...

**Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** Quem corrige é a Assembleia!

**A Oradora:** ... e tem aqui todos os partidos das oposições a dizerem estamos disponíveis para essa correção, ...

**Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** Então proponha!

**A Oradora:** ... ou o Governo Regional não foi honesto, não agiu de boa-fé, sabe muito bem o que é que queria com aquilo que lá escreveu e agora esconde-se por trás da votação dos partidos das oposições nesta Casa que estão aqui a assumir um erro perante a sociedade açoriana e perante os trabalhadores açorianos e a dizer-lhes: “estamos disponíveis para o corrigir”. Esta é que é a questão. Não há mais nenhuma questão, é só esta. Ou os trabalhadores confiam, podem continuar a confiar no Governo Regional e no PS, ou a partir de hoje

ficam a saber que o Governo Regional e o PS usam de todos os subterfúgios para fazer campanha eleitoral ...

**Deputado Manuel Pereira (PS):** E quem é que está a fazer agora?

**A Oradora:** ... mas afinal acaba por fazer a mesma coisa que o Governo da República está a fazer contra os trabalhadores.

Para já fico-me por aqui.

**Presidente:** Obrigada, Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(\*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Devo dizer que não via uma atitude destas desde a minha infância, porque o que está aqui a acontecer é que ao Sr. Vice-Presidente do Governo Regional, marcaram-lhe um golo e agora quer apanhar a bola, metê-la debaixo do braço, ir para casa e terminar com o jogo.

A questão é esta: em relação à substância da questão o Sr. Presidente não tem razão. Sr. Vice-Presidente, nas declarações públicas que se fizeram, quer por parte do Governo, quer por parte dos partidos da oposição que se pronunciaram sobre a proposta que foi votada aqui por unanimidade, nunca ninguém disse aos trabalhadores que teriam este prejuízo.

**Deputado André Bradford (PS):** Está escrito na norma!

**O Orador:** Nunca ninguém lhes disse!

Eu tive oportunidade de ler e tenho aqui os recortes da imprensa.

**Deputado André Bradford (PS):** Leia a norma, não leia os recortes!

**Deputada Zuraída Soares (BE):** Os senhores não leram a norma!

**Deputado André Bradford (PS):** Os senhores aprovaram!

**Deputada Zuraída Soares (BE):** Eu estou aqui a assumir e não tenho problema nenhum em assumir que errei!

**O Orador:** Nunca ninguém lhes disse!

Da minha parte, da parte do PPM, eu votei absolutamente consciente e confiando na palavra que me foi dada por parte do Governo Regional nesta matéria.



Eu confiei na palavra do Governo Regional, porque é evidente que em relação aos aspetos técnicos todos, um partido como o PPM, com um Deputado muito fazemos nós no sentido de tentar perceber tecnicamente todas as questões, mas há uma coisa que eu tenho a certeza que nós percebemos sempre, que é o objetivo político e esse objetivo político recebeu o nosso apoio, com o nosso voto favorável.

Portanto, o que aqui está proposto é o seguinte: que se respeite o espírito e a letra.

Portanto, o que aprovámos no sentido político era de não prejudicar os trabalhadores. Esse foi o nosso voto.

Segundo ponto: o que é que se propõe aqui?

O que se propõe aqui é: “todos os partidos da oposição comprometem-se a viabilizar uma Proposta de Decreto Legislativo Regional que venha a suprimir a redução da poupança decorrente da não dedução à remuneração complementar de quaisquer horas extraordinárias, suplementares, etc.”.

**Deputado Manuel Pereira (PS):** Mas foi na redação final?

**O Orador:** Ou seja, da nossa parte há aqui um desafio a Vs. Exas., porque o diálogo não pode suceder apenas num sentido, que é o Governo Regional e o PS pedirem unanimidade e pedirem que todos se movimentem no mesmo sentido.

Portanto, quando aconteceu isso os partidos da oposição generosamente estiveram ao lado de uma decisão política com a qual concordávamos do ponto de vista dos objetivos que foram anunciados.

Agora, o que aconteceu foi que a oposição lança um repto ao Governo Regional e ao PS nesta matéria. E pronto, temos a birrinha do costume: a proposta não é minha, já tenho aqui esta folha de Excel, tenho aqui este decreto, uma série de tentativas de criar dificuldades técnicas em relação ao objetivo e ao objetivo político.

Foi isso que foi dito à sociedade açoriana e aos trabalhadores açorianos. Não me digam que não! Ninguém lhes anunciou nessas reuniões de trabalho, a mim também não me disseram, ninguém anunciou aos trabalhadores açorianos, aos sindicatos, ninguém anunciou este tipo de reduções.

**Vice-Presidente do Governo Regional** (*Sérgio Ávila*): O senhor não sabe o que é que votou?

**O Orador:** Portanto, se assim foi, meus senhores, se os senhores já sabiam dessas consequências e não o disseram eu sinto-me enganado, eu sinto-me enganado por Vs. Exa. Se assim foi, se o senhor já sabia dessas consequências eu sinto-me enganado! É tão simples como isso.

Portanto, da minha parte há uma tentativa de corresponder àquilo que foi o meu anúncio político. O que eu disse aos trabalhadores dos Açores foi que não seriam prejudicados e que tentaria aprovar na Assembleia propostas que impedissem que esses trabalhadores fossem efetivamente prejudicados em termos de remuneração.

Portanto, é isto que é o nosso compromisso e é agora no âmbito deste anúncio político e do nosso objetivo político que estamos a definir, que estamos aqui a propor ao Governo Regional e ao PS que vá ao encontro, com a mesma generosidade com que a oposição também esteve, daqueles que são os legítimos anseios dos trabalhadores açorianos. É tão simples como isso.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(\*) **Deputado Artur Lima** (*CDS-PP*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Francisco Coelho ouvi-o atentamente e registei uma frase que disse, e bem: “foi feito o mais ambicioso alargamento da remuneração complementar aos trabalhadores da administração pública dos Açores”.

Também registei que disse que estivemos aqui todos unidos, por unanimidade contra os centralistas, contra os mesmos de sempre. É verdade, estivemos todos unidos nessa matéria contra os centralistas.

O que eu não percebo é o seguinte, eu acho que é aí que temos que explicar as coisas bem explicadas: se até agora a remuneração complementar nunca foi alvo de descontos pelo trabalho extraordinário, porque é que passou agora a haver esses descontos? Isto é a primeira pergunta, temos que fazer essa reflexão.

**Deputado Francisco Coelho (PS):** É uma pergunta pertinente!

**Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** Tivesse apresentado uma proposta nesse sentido e não tivesse aprovado a norma!

**O Orador:** A reflexão não é jurídico-legal, é política, é de justiça, é de ética e é de moral.

**Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** O senhor é que aprovou!

**Deputado Francisco Coelho (PS):** Olhe que não!

**O Orador:** É isso que se passa Sr. Vice-Presidente.

Devo dizer-lhe mais.

É também o mais ambicioso alargamento, mas simultaneamente é o mais drástico corte que nem a direita mais feroz (para citar aqui a Sra. Deputada Zuraida Soares) se atreveria ou se atreveu a fazer e os senhores socialistas de esquerda deram com uma mão e tiraram com as duas.

**Deputado António Parreira (PS):** Olhe que não, Sr. Deputado!

**O Orador:** É isso que não pode acontecer Sr. Vice-Presidente.

**Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** Eu já lhe conto a história. Era mesmo para aí que eu queria que fosse!

**O Orador:** Para mim isto não é uma história Sr. Vice-Presidente, é um drama. Não é uma história, é um drama, é um drama das pessoas que trabalhando estão a perder dinheiro por uma norma sua, que nós votamos...

**Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** Minha?! O senhor é que aprovou!

**O Orador:** ... proposta sua que nós votamos e não tenho problema nenhum em assumir aqui o erro.

**Deputada Zuraida Soares (BE):** Mas a norma é sua ou não é? Nós votámos, mas quem é que propôs?!

**O Orador:** Quem é que fez a norma?

Já agora que vem nessa semântica eu pergunto: qual era a diferença se o nosso voto tivesse sido contra? Qual era a diferença? Qual era a diferença se o nosso

voto aqui tivesse sido contra? Qual era a diferença? Responda agora à minha pergunta Sr. Vice-Presidente.

**Deputado António Parreira (PS):** Faz toda.

**O Orador:** Teria ou não sido aprovada a norma? Quem fez a norma? Quem foi o autor da norma? Qual era o espírito do legislador, que é a semântica que os senhores usam aqui? Qual era o espírito do legislador, Sr. Vice-Presidente? O espírito de quem fez a norma?

É isso que o senhor vai ter que responder.

Muito obrigado.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(\*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Depois das intervenções designadamente do Sr. Deputado Francisco Coelho e do Sr. Vice-Presidente importa vir de novo ao debate até para que se possam esclarecer aqui algumas questões e manifestar também a nossa discordância relativamente a algumas afirmações que foram proferidas designadamente pelo Sr. Deputado Francisco Coelho.

A discordância é desde logo a seguinte: esta medida que foi efetivamente proposta pelo Governo e aprovada por todas as bancadas, estamos aqui a assumir isso, peço-lhe desculpa Sr. Deputado Francisco Coelho, mas ela não é inovadora. Não é inovadora, como V. Exa. disse. Ela é perversa, Sr. Deputado. Ela é perversa!

É perversa, e eu passo a explicar porquê: porque veio introduzir alterações na remuneração complementar que perverteram o espírito para que ela foi criada.

V. Exa. sabe, aliás eu penso que terá sido ontem que se falou aqui até na questão da paternidade e da história de um conjunto de instrumentos que a Região criou a partir do momento em que ficámos dotados da Lei das Finanças Regionais e que visava não só a diminuição das contribuições fiscais, quer para os cidadãos, quer para as empresas; quer o imposto sobre o consumo que visava um acréscimo ao salário mínimo regional; a remuneração complementar para os

trabalhadores da administração pública regional, que aliás a primeira vez que ela foi instituída foi ainda no tempo de um Governo minoritário do PSD (todos nos lembramos disso, aliás posso dizer-lhe que eu na altura era dirigente de serviço e apesar das instruções que vinham da Contabilidade Pública, consegui pagar dois meses dessa remuneração complementar aos trabalhadores do serviço que eu dirigia e durante todo o período as folhas de vencimento que saiam do meu serviço iam com a remuneração complementar).

**Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** Isso é do tempo daquele senhor que está ali sentado!

**O Orador:** Portanto, a história é longa, nós todos compreendemo-la e sobretudo isto: quem estava, estava e contribuiu para a construção destes instrumentos que é um património que não é do PCP, não é do PS, não é do PSD, não é do CDS, não é do BE, enfim... É da Região Autónoma dos Açores, é da autonomia regional esse património.

Portanto aquilo que nós temos que fazer, porque de facto o instrumento que foi introduzido e que nós aprovámos certamente, perverte o espírito da remuneração complementar, o objetivo pode e foi apresentado como sendo muito nobre, apesar do PCP, ter em devida altura, no período prévio da aprovação do orçamento para 2014, ter tomado posição pública, em termos partidários de que aquela não seria a melhor solução, a melhor solução seria uma remuneração compensatória para compensar os cortes e manter a remuneração complementar com o espírito para que ela foi criada.

Aliás, em sede de orçamento, uma das nossas propostas previa até o aumento da base da remuneração compensatória, salvo erro, em mais 2,5%.

A nossa proposta da remuneração compensatória foi chumbada, com certeza, como acontece muitas vezes são chumbadas as propostas de diferentes partidos que aqui são trazidas e aprovámos aquela remuneração complementar.

Mas, Sr. Deputado, que ela perverte efetivamente o espírito para que foi criada, perverte, ela não é inovadora.

Efetivamente aquilo que se está a verificar é que está a prejudicar o rendimento dos trabalhadores, isto é, o que foi transmitido é que compensaria os cortes, mas

afinal de Contas à compensação que é dada aos trabalhadores da administração pública, são subtraídos depois alguns rendimentos provenientes, designadamente do trabalho extraordinário que como sabemos ...

**Deputado António Parreira (PS):** O que é que uma coisa tem a ver com a outra?

**Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** Boa! Muito bem!

**Deputado Artur Lima (CDS- PP):** Ó Aníbal faz-lhe um desenho!

**Deputado António Parreira (PS):** Eu não preciso de desenho! Sei ler. Dispensó os seus desenhos!

**Deputado Artur Lima (CDS- PP):** Sra. Presidente, diga àquele senhor que ele não está na Serra da Ribeirinha!

**Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** O que é que tem a Serra da Ribeirinha? Diga! Isso é grave!

**Deputado Artur Lima (CDS- PP):** A dedução é sua!

**O Orador:** Embora tenha sido um aparte, os apartes sei que nem sempre se ouvem, o Sr. Deputado Toste Parreira perguntou-me o seguinte: o que é que uma coisa tem a ver com a outra, referindo-se exatamente à questão que se estava ...

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, vamos ...

Sr. Vice-Presidente, Sr. Deputado Artur Lima

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Não! É ao contrário: Sr. Deputado Artur Lima, Sr. Vice-Presidente!

**Presidente:** Vamos fazer aqui um ponto de ordem.

Os apartes são regimentais. Naturalmente nos apartes não devemos ofender os nossos colegas, estamos aqui no âmbito de um debate de respeito, como deve ser.

Sr. Deputado Aníbal Pires pode continuar a sua intervenção.

Tem a palavra.

**O Orador:** Primeiro dizer que o aparte que me foi ...

*(Apartes inaudíveis entre os Deputados das diversas bancadas).*

**Presidente:** Penso que temos que continuar os trabalhos, porque então assim não chegamos lá.

Sr. Deputado Aníbal Pires faça favor de continuar.

**O Orador:** Obrigado Sra. Presidente.

Eu não fico, nem nunca fiquei ofendido, com nenhum aparte que me foi feito aqui, muito menos com o aparte que o Deputado Toste Parreira me fez, antes pelo contrário, e como o aparte tem um aparte e como os apartes nem sempre são audíveis eu até vou repetir o aparte e responder ao aparte que o Sr. Deputado me fez.

**Deputado Artur Lima (CDS- PP):** Muito bem!

**O Orador:** O Sr. Deputado disse assim: o que é que uma coisa tem a ver com a outra (estando eu a relacionar o seguinte facto)?

A remuneração complementar visa compensar, mas entretanto se houver trabalho extraordinário do trabalhador durante esse mês, é deduzida a remuneração complementar.

**Deputada Zuraída Soares (BE):** Não tem nada a ver uma coisa com a outra!

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Faça-lhe um desenho!

**O Orador:** Tem, tudo a ver! Tem tudo a ver!

O senhor perdoe-me mas eu não vejo que não tenha a ver, por isso mesmo é que eu estou a referi-lo.

Continuando, isto para dizer o seguinte: efetivamente não há aqui nenhuma inovação, o que há aqui é uma perversão.

Relativamente à intervenção do Sr. Vice-Presidente, recordar aqui o seguinte: é evidente que o Projeto de Resolução que a oposição, que os cinco partidos da oposição subscreveram e trazem aqui, é muito no sentido do reconhecimento de que há um problema, que urge resolver e que se destina ao envolvimento de todos os partidos com assento parlamentar, designadamente com o PS.

Mas, eu recorro ao Sr. Vice-Presidente, e julgo que isso responde às suas preocupações, aliás o que eu vou dizer não tem nenhuma novidade porque foi dito na passada segunda-feira, durante a manhã, numa Conferência de Imprensa

que fiz e onde o anunciei quando estava a dar conta da síntese das principais conclusões da reunião da Direção Regional do PCP desta semana, onde anunciei publicamente que o PCP iria tomar uma iniciativa legislativa no sentido da revogação das normas que prejudicam efetivamente os rendimentos dos trabalhadores e iria fazê-lo através de um Decreto Legislativo Regional e irei fazê-lo Sr. Vice-Presidente.

**Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** Muito bem! Aí é que está!

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Usando um termo do Sr. Deputado Francisco Coelho: rodriguinho!

**O Orador:** Sr. Vice-Presidente, eu irei fazê-lo e certamente encontrarei maneira de que o diploma possa vir a ser admitido pela Sra. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, até porque a lei travão não é nenhum papão e não falta dinheiro no orçamento da Região para, sem nenhum aumento de despesa encontrar a solução para isso.

Portanto, essa questão há de ser torneada dessa forma.

Mas isso não desvaloriza em nada, Sr. Vice-Presidente, esta iniciativa que os partidos da oposição aqui estão a tomar. Até pelo contrário, Sr. Vice-Presidente, esta iniciativa dos partidos da oposição, aquilo que pretende é o envolvimento do PS e do Governo na resolução de um problema que é um problema que se está a colocar.

Os trabalhadores da administração pública até já devem ter dado conta aos Srs. Deputados do PS desta situação que estão a viver e com aquilo que estão a ser confrontados, porque aquilo que foi efetivamente anunciado...

Eu sei que aquilo que está a ser feito é o que foi aprovado, mas aquilo que foi anunciado não foi isto e os trabalhadores da administração pública queixaram-se a todos os grupos e representações parlamentares que têm assento aqui, ao Governo com certeza que também.

**Deputada Zuraida Soares (BE):** E ao Governo também!

**O Orador:** Portanto, esta iniciativa independentemente doutras que venham a acontecer, designadamente aquela a que eu me refiro não tira nenhum mérito,



nenhum, antes pelo contrário, a esta iniciativa que foi subscrita pelos cinco partidos da oposição, porque pretende envolver o PS e assumir a assunção por esta câmara de que há aqui necessidade de fazer uma correção àquilo que aprovámos em orçamento.

Portanto, a questão é tão simples como esta, e Sr. Vice-Presidente, claramente é assim que vai acontecer,...

**Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** Muito bem! Tem toda a razão!

**O Orador:** ... a não ser que Vs. Exas. queiram resolver o problema aceitando a recomendação que os cinco partidos da oposição estão a fazer.

Muito obrigado Sra. Presidente.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Está disponível para resolver o assunto. Nós estamos!

**Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** Já lhe vou responder!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Coelho.

(\*) **Deputado Francisco Coelho (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Estamos a avançar muito pouco, curiosamente.

Há aqui um role, parece-me de aparentes boas intenções e eu acredito que sejam, porque os trabalhadores (resta saber se é os trabalhadores ou são alguns trabalhadores, vamos ter que ser mais rigorosos Sra. Deputada Zuraida Soares, porque eu acho que nem todos os trabalhadores fazem horas extraordinários, atrevo-me a pensar que são uma minoria e isso vai ajudar-nos muito a perceber a questão que estamos a falar).

**Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** Uma muita minoria!

**Deputada Zuraida Soares (BE):** Nem que fosse um! É o vosso discurso! Nem que fosse um!

**Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** Já vamos falar!

**O Orador:** Exatamente! Já vai ver qual é o meu discurso. Se me deixar, já vai ver qual é o meu discurso.

Portanto, para além dessa boa intenção, apesar de tudo meia envergonhada, é certo, mas eu, sinceramente, gostava de não explorar muito esse tema, acho que temos que assumi-lo e passar à frente, porque ele é efetivamente um bocadinho embaraçoso.

Agora, o facto de ter havido aqui algo que já todos percebemos que é embaraçoso, também não justifica, Sra. Deputada Zuraída Soares, que o ataque seja a melhor defesa (eu tenho um especial carinho por si, a Sra. Deputada sabe disso).

O facto de eventualmente a oposição entre muito trabalho num conjunto de diplomas regionais complexos, quer quantitativa quer qualitativamente, não ter percebido bem, ou não ter atingido bem o alcance daquela norma, respeita-se. Respeita-se, Sra. Deputada!

Agora, não pode é quem padeceu desse mal vir lançar as culpas nos outros.

Aliás eu tenho pena de não estar aqui, mas a figura memorável do enganado (aliás deve estar com vergonha de ter sido enganado depois de pensar melhor, o Sr. Deputado Paulo Estêvão): eu fui enganado!

Neste caso, o Governo dá-vos a lei, tem os artigos, Vs. Senhorias não leem ou leem de ouvido, ou leem aquilo que vos fala, ou não leem tudo e depois dizem: fui enganado! Eu afinal não sei ler! O Governo deu-me um diploma mas não vinha anotado nem sublinhado, não trazia bonecos! O Governo enganou-me!

Sra. Deputada, vamos ter alguma calma! Isto é demasiado ridículo!

Quer dizer, Vs. Senhorias não leem, a culpa é do Governo. O Governo engana a gente, coitadinhos da gente que somos tão ingénuos!

**Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)*

**O Orador:** Não pode ser! Não pode ser!

Até porque não estamos a ir ao fundo da questão.

Devo dizer com sinceridade que o Sr. Deputado Artur Lima aproximou-se, no meu entender, mais do fundo da questão e fez uma pergunta pertinente.

O fundo da questão é:

Primeiro lugar: não se trata aqui de uma birra de normas, Sra. Deputada, aquele discurso e as normas e as pessoas e a Troika e o PS e o lobo mau.

**Deputada Zuraída Soares (BE):** E o Capuchinho Vermelho também!

**Deputado Joao Bruto da Costa (PSD):** E a avozinha!

**O Orador:** Não é isso. Não são as normas Sra. Deputada. O problema do Governo e do PS não é...

Se nós pensássemos o que Vs. Senhorias pensam, enganámo-nos, temos que corrigir.

**Deputada Zuraída Soares (BE):** Mas é que não se enganaram. Enganam-nos e enganaram as pessoas!

**O Orador:** O que pensamos e temos o direito de pensar é que não nos enganámos.

Vou escandalizá-la mais Sra. Deputada: nós não nos engámos, fizemos de propósito. Mas eu vou explicar-lhe por que é que fizemos de propósito: é porque a Sra. Deputada ainda não se apercebeu com esse discurso generoso, mas pouco rigoroso, a Sra. Deputada pensa que está a defender os trabalhadores. Não, a Sra. Deputada não está a defender os trabalhadores! A Sra. Deputada pensa, se for mais rigorosa, que está a defender alguns trabalhadores, os trabalhadores que fazem trabalho suplementar e horas extraordinárias.

**Deputada Zuraída Soares (BE):** Nem que fosse um!

**O Orador:** O que o Governo quis, foi essa a nossa leitura, daí a pertinência da pergunta do Sr. Deputado Artur Lima, vamos ser claros, isto só há duas hipóteses e era bom que fossem mais objetivos. Volto a dar os parabéns ao Deputado Artur Lima.

Os Srs. Deputados hoje chegam aqui e perguntam: vamos lá ver uma coisa, os senhores puseram aqui este artigo, a gente não viu bem, mas conforme disse o Sr. Deputado Artur Lima, isto dá impressão que é dar com uma mão e tirar com a outra.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Com as duas!

**O Orador:** É isso Sr. Vice-Presidente. Vamos lá ver se é isso. É uma hipótese.

Mais uma vez os parabéns ao Sr. Deputado Artur Lima.

Nós pensamos que não é isso. Nós pensamos que é outra coisa e que é perfeitamente possível perceber qual é essa outra coisa.

O Governo quer de forma drástica, passando por alguns corporativismos dos serviços, acabar com as horas extraordinárias.

**Deputado Ricardo Cabral (PS):** Muito bem!

**O Orador:** Por que é que o Governo quer acabar com as horas extraordinárias?

Pois, é porque a Sra. Deputada com esse discurso melado está a defender os instalados, aqueles que além de emprego, quadro e salário base também têm horas extraordinárias.

Mas se as horas extraordinárias que em bom rigor não são um direito mas sim um dever que se impõe aos trabalhadores...

*(Aparte inaudível)*

**O Orador:** Por isso é que o horário normal de trabalho é o que é.

Descanso e o direito ao repouso. Já ouviu falar Sra. Deputada?

Portanto, o caminho correto deve ser tanto quanto possível reduzir horas extraordinárias, mas satisfazer as necessidades públicas. E como é que se satisfaz as necessidades públicas? Não há um grande problema de desemprego nesta Região? Não será melhor contratar novas pessoas?

**Deputado Ricardo Cabral (PS):** Muito bem!

**Deputada Zuraída Soares (BE):** E podem?

**O Orador:** Portanto, a pergunta que se impõe aqui e que faço ao Sr. Vice-Presidente, quer como responsável da administração pública, quer como responsável das finanças, é se identificadas, por redução da feitura de horas extraordinárias, novas necessidades de contratação, o Governo Regional está disponível, ao abrigo dos poderes que este orçamento lhe dá, a contratar as pessoas que as necessidades dos serviços impuserem?

**Deputado Ricardo Cabral (PS):** Muito bem!

**O Orador:** Parece-me que só há aqui duas perguntas a fazer: a que fez o Sr. Deputado Artur Lima e a que eu fiz.

Não há aqui outras soluções, vamos ao que interessa, vamos ver o que é que se passa.

Muito obrigado.

**Deputada Zuraída Soares (BE):** Vamos todos embora e ficam os senhores a discutir!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

**Deputado Francisco Coelho (PS):** Não é “podem ir todos embora”, mas já é hábito!

**Deputada Zuraída Soares (BE):** Não ficaram só dois. Eu lembro-me, ficaram mais!

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

*(Pausa)*

**Presidente:** O Sr. Deputado Joaquim Machado está à espera de oportunidade para poder começar a sua intervenção.

Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

<sup>(\*)</sup> **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Aguardo serenamente Sra. Presidente, até porque os argumentos que estavam a ser esgrimidos, em aparte, julgo que são importantes para entendermos, no fundo, as motivações de um e dos outros lados.

**Deputado Lúcio Rodrigues (PS):** Era para ficar mais um. O senhor lembra-se quando era do Governo!

**O Orador:** Esta última intervenção que ouvimos do Sr. Deputado Francisco Coelho, de facto tem um alcance muito para além daquilo que aparentemente podia ter.

O Sr. Deputado Francisco Coelho acabou por desautorizar o Vice-Presidente do Governo nas argumentações que aqui nos trouxe durante este debate, porque até

agora o Vice-Presidente do Governo foi ao ponto de desafiar a oposição a trazer um diploma para fazer alteração desta norma do orçamento, coisa impossível como o senhor sabe, porque formal e materialmente só o Governo Regional é que pode fazer alterações ao orçamento. Formal e materialmente só o Governo Regional é que pode fazer alterações ao orçamento!

**Vice-Presidente do Governo Regional** (*Sérgio Ávila*): Que asneira!

**O Orador:** Portanto, feito o desafio à oposição, mesmo com esse constrangimento, trazer aqui uma proposta de alteração, eis quando o Sr. Deputado Francisco Coelho se levanta e na sua douda sabedoria (estou a ser sincero, não estou a ser irónico) diz-nos que o que motivou a redação desta norma que nós estamos a discutir foi a intenção do Governo Regional de acabar com as horas extraordinárias.

Portanto, os senhores entendam-se!

**Deputado Francisco Coelho** (*PS*): Mas quando apresentam a alteração?

**O Orador:** Querem que a oposição traga cá um diploma para alterar esta norma do orçamento, mas para quê se a intenção que está subjacente a isto tudo é uma outra?

Mas, nesta minha intervenção queria fazer uma nota prévia antes de chegar mais adiante ao fulcral da questão.

O Sr. Vice-Presidente esteve até aqui a sustentar toda a sua intervenção e argumentação com a obrigação que tem de cumprir a lei que aqui foi aprovada por unanimidade. Muito bem! Julgo que lhe fica bem! Cá está um elogio, pela primeira vez faço-lhe um elogio.

**Vice-Presidente do Governo Regional** (*Sérgio Ávila*): Isso é que me preocupa!

Um elogio da sua boca é a maior crítica que pode haver!

**O Orador:** Mas isso só faria sentido se o Sr. Vice-Presidente fizesse uma rotação de quarenta e cinco graus e olhasse para trás para o seu colega do Governo, que é exímio a fazer suspender as leis que este Parlamento também aprova por unanimidade, como nós ainda ontem vimos,...

**Deputado Francisco Coelho (PS):** Já estamos a sair da remuneração complementar!

**O Orador:** Já vamos chegar lá.

... por exemplo com os incentivos à cultura, ou que através de uma circular altera a legislação que nós aqui aprovámos, por exemplo, relativamente aos manuais escolares.

O senhor não se preocupa com o cumprimento da lei nesses casos. Neste que prejudica os trabalhadores dos Açores, V. Exa. vem exigir que se cumpra a lei.

Mas eu tenho mais para dizer.

**Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** Temos o dia todo!

**O Orador:** A lei foi aprovada por unanimidade. É verdade! É verdade!

Mas estão um, dois, três, quatro, cinco partidos da oposição disponíveis e a recomendar que faça alteração.

Para se obter essa unanimidade já só falta o PS e garanto novamente essa unanimidade.

**Deputado André Rodrigues (PS):** Mas quando apresentam a proposta?

**O Orador:** Julgo que estamos aqui perante um caso que se podia tipificar de “autismo político”, de um PS e de um Governo Regional, alheios à realidade que não entendem,...

**Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** Autismo? O senhor falou em autismo?! Sabe o que é autismo?! Autismo?!

**O Orador:** “Autismo político”!

... que não enxergam este caso que está manifestamente a prejudicar os trabalhadores, que penaliza os trabalhadores.

**Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** Sabe o que é autismo? É uma falta de respeito pelos doentes! Peça desculpa!

**Deputada Renata Correia Botelho (PS):** É uma expressão infeliz!

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Isso é demagogia! Não está a ofender ninguém!

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados...

*(Apartes inaudíveis entre os Deputados das diversas bancadas)*

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados, vamos manter alguma calma para podermos continuar o nosso debate.

Sr. Deputado Joaquim Machado tem a palavra.

**O Orador:** Obrigado Sra. Presidente.

Se o PS e o Governo tivessem noção da realidade, e não a todo o custo tentassem abstrair-se do que nós estamos a propor, o que claramente o que estamos a propor, o que os partidos da oposição subscritores desta Resolução pretendem, é pura e simplesmente que o Governo Regional altere essa disposição do Decreto Legislativo do nosso orçamento. Basta só isso!

Por que é que recomendamos ao Governo Regional? Eu insisto, porque, formal e materialmente, só o Governo Regional pode alterar o orçamento.

Se nós erramos, queremos corrigir, espanta-nos que o PS e o Governo Regional continuem teimosamente em querer manter esta norma que traz prejuízo para todos os trabalhadores.

Apetece-me citar alguém, porque esse dito julgo que se aplica muito bem a este caso do PS: “quem não conhece, não sente”.

Julgo que este PS e este Governo Regional neste caso vertente não conhece e por isso não sente o prejuízo que os trabalhadores estão a ter com a interpretação dessa norma orçamental.

Continuo a citar: “por melhor que sejam as intenções, é pela prática que tudo se materializa”.

Portanto, Sr. Vice-Presidente do Governo, nós já chegámos a uma conclusão e julgo que o debate a partir de agora vai encaminhar-se para o seu fim.

**Deputado Manuel Pereira (PS):** Obrigado!

**O Orador:** O Governo Regional e o PS, deliberada e conscientemente, fizeram aprovar uma norma que tinha como intenção prejudicar os trabalhadores, porque de facto esta norma está disforme com aquilo que é o espírito da remuneração complementar.

**Deputado Manuel Pereira (PS):** Não!



**O Orador:** Como eu tive oportunidade de dizer durante a intervenção, o que o diploma que criou a remuneração complementar diz, é o seguinte: “ que se trata de atenuar a diferença do nível do custo de vida dos Açores em relação ao continente, designadamente os custos derivados de insularidade”.

**Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** Aí é que está!

**O Orador:** Eu não creio que um trabalhador que tenha de fazer horas extraordinárias, para que o serviço onde ele se integra possa prestar com qualidade e em tempo um serviço à comunidade e aos açorianos, que deixe de ter custos acrescidos de insularidade só pela circunstância de fazer trabalho a mais.

Muito obrigado.

**Deputado Luís Rendeiro (PSD):** Muito bem!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Vice-Presidente.

(\*) **Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Este debate é realmente *sui generis*, se bem ao fim de uma hora e meia de debate, os senhores o que estão a insistir é que o Governo não cumpra a lei que os senhores aprovaram. Primeira questão.

**Deputado Joaquim Machado (PSD):** Não! Que altere. Seja politicamente sério! Que altere a norma do orçamento!

**O Orador:** Segunda questão: a lei é clara, transparente e rigorosa e não há duas interpretações na lei. Eu vou ler exatamente aquilo que os senhores aprovaram:...

**Deputado Joaquim Machado (PSD):** Mas queremos alterar e o senhor é contra!

**O Orador:** ... “ao valor da remuneração complementar são deduzidos os suplementos remuneratórios derivados do trabalho suplementar extraordinário”, ou seja, os senhores escolheram aprovar uma lei que diz claramente que é reduzido o trabalho extraordinário.

**Deputado António Marinho (PSD):** Proposta pelo Governo! O Governo é que propôs!

**Deputada Isabel Almeida Rodrigues (PS):** E os senhores não leram o que aprovaram?

**O Orador:** Não repararam! Não leram! Os senhores vão dizer aos açorianos que não sabem aquilo que votam!

A redação é tão clara que não tem qualquer dúvida, o que os senhores estão a dizer aos açorianos é que não sabem, não conhecem aquilo que votam.

Agora, essa matéria para mim e para nós está clara.

Primeiro: o Governo cumpre integralmente a lei;

Segundo: a lei era clara, transparente e não tinha qualquer dúvida.

Os senhores não foram iludidos, não foram enganados porque este artigo está no Orçamento, foi discutido e votado na íntegra e a sua redação é clara.

Vamos à questão mais substancial da matéria.

A remuneração complementar, e como nós dissemos e como é efetivamente, visa repor em termos de remuneração base aquilo que foi o corte do Governo da República e a remuneração complementar consegue efetivamente uma parte substancial dos rendimentos dos trabalhadores (um nível até muito significativo de rendimentos) repor na íntegra os cortes que o PSD e o PP impuseram aos funcionários.

Uma coisa diferente e que estava clara nesta norma é o trabalho extraordinário e o trabalho extraordinário como o próprio nome indica é extraordinário, portanto não estamos a falar duma remuneração fixa constante, estamos a falar necessariamente num trabalho que é extraordinário e tem que ser pontual.

Digo-lhe qual é a posição do Governo sobre esta matéria e é isso quando se fala dos trabalhadores: o Governo preocupa-se muito com os trabalhadores. Tanto se preocupa com os trabalhadores que assegurou-lhes a manutenção da sua remuneração pelo seu horário normal de trabalho.

Mas sabe o que é que me choca como açoriano? É ver um trabalhador que tenha que trabalhar mais horas que o seu horário normal de trabalho, quando existem pessoas no desemprego.

**Deputado Francisco Coelho (PS):** Muito bem!

**Deputada Zuraída Soares (BE):** Passos Coelho não diria melhor! Isso é uma vergonha!

**O Orador:** Isto é que me choca! Isso é que também devia chocar os senhores porque enquanto houver trabalho, trabalhadores que trabalham a mais, existem pessoas que não trabalham e para este Governo a prioridade é que as pessoas trabalhem todas. Trabalhem todas e não que uns trabalhem a mais para outros trabalharem a menos.

**Deputado Francisco Coelho (PS):** Muito bem!

**Deputada Zuraída Soares (BE):** Passos Coelho não diria melhor! Isso é uma vergonha!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)*

**Deputada Zuraída Soares (BE):** Vergonha! Vergonha!

**O Orador:** Por isso enquanto houver alguém que tenha que trabalhar a mais, temos necessariamente que encontrar as soluções para que quem está no desemprego possa ocupar essas horas que outros trabalham a mais.

Vou dar-lhe apenas um pequeno exemplo.

Todos nós sabemos que existem, por exemplo, enfermeiros no desemprego, mas também sabemos que existem enfermeiros que trabalham mais horas que o horário normal de trabalho.

A solução para este Governo é que ninguém trabalhe mais horas do que horário de trabalho legal e para isso o que precisamos efetivamente é pôr mais pessoas a trabalhar e não criar condições para que os mesmos trabalhem mais, para que outros não trabalhem.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Dezassete anos no Governo!

**O Orador:** Esta questão é para nós essencial nesta matéria. O que nós queremos, o que nós pretendemos, o que nós estamos a fazer é que não fique ninguém desempregado porque outra pessoa trabalha mais horas do que horário normal de trabalho. Isso devia ser a principal preocupação que nos devia unir.

Terceiro aspeto essencial nesta matéria: todos nós temos consciência de que esta foi uma matéria do ponto de vista de verificação constitucional que teve uma verificação acima da normalidade das normas desta Assembleia. Foi visto ao pormenor pelo Tribunal Constitucional, remetido pelo Sr. Representante da República e o Tribunal Constitucional emitiu um acórdão que foi sem dúvida um instrumento fundamental para a defesa da nossa autonomia.

Saibamos todos respeitar essa enorme vitória que os Açores conseguiram através do acórdão do Tribunal Constitucional e por circunstâncias particulares não façam e não estraguem aquilo que foi uma enorme vitória para os Açores e para os açorianos.

**Deputada Zuraida Soares (BE):** Está a estragar tudo!

**O Orador:** Sobre a matéria em causa nós sabemos exatamente como todos pensam que são Deputados responsáveis, tinham conhecimento exato do que é que votaram.

A lei era clara, a lei era transparente e todos sabiam exatamente o que fizeram. Agora, o que não é admissível é há três meses saberem conscientemente aquilo que faziam e hoje dizerem que não queriam fazer aquilo que fizeram,...

**Deputado Berto Messias (PS):** Muito bem!

**O Orador:** ... porque esta norma estava enquadrada num diploma que precisava passar no Tribunal Constitucional. Isto é a defesa da nossa autonomia. É a defesa da remuneração complementar.

**Deputada Zuraida Soares (BE):** Pelo amor de Deus! Isto é uma vergonha!

**O Orador:** É a defesa da capacidade que tivemos de compensar os trabalhadores e vai muito para além de tactismos e oportunismos políticos momentâneos.

Nós sabíamos exatamente qual era a argumentação para defender a constitucionalidade desta norma.

**Deputada Zuraida Soares (BE):** Oportunismos políticos não há nada!

**O Orador:** Sabíamos exatamente quais eram as normas para defender esta constitucionalidade e este diploma foi analisado da sua constitucionalidade no seu conjunto.

Sabemos o que é que fizemos, sabemos a vitória que tivemos para os trabalhadores açorianos e sabemos também como é que vamos conseguir preservar esta vitória em termos de remuneração de garantia da manutenção da remuneração dos trabalhadores açorianos.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Não era por causa da insularidade?

**O Orador:** Sobre essa matéria os açorianos sabem bem quem corta e quem ataca os funcionários públicos e os pensionistas.

Ainda esta semana sentiram nos seus rendimentos mais um corte que o PSD e o PP fizeram aos pensionistas açorianos.

**Deputada Zuraida Soares (BE):** Não faça demagogia Sr. Vice-Presidente. Fale da remuneração complementar!

**O Orador:** Por isso sabem o que é que nós fizemos. Garantimos a remuneração complementar que manteve o vencimento.

O nosso objetivo é claramente que as horas extraordinárias sejam uma exceção e não uma regra e quando as horas extraordinárias se repetirem todos os meses o que nós temos que fazer é contratar mais pessoas que estão neste momento desempregadas para a administração,...

**Deputado António Parreira (PS):** Muito bem!

**O Orador:** ... para resolver esse problema das horas extraordinárias e não manter gente no desemprego para que outros ganhem mais do que a sua remuneração.

É isso que nós não iremos fazer corajosamente contra alguns pequenos interesses instalados, porque o que nós queremos é defender os Açores e essencialmente o que nós demonstrámos no passado, fazemos no presente e iremos fazer no futuro, é defender efetivamente os trabalhadores açorianos com estas medidas concretas e não utilizar o nome dos trabalhadores para não defendê-los no fundo naquilo que é essencial.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Quem diria!

**O Orador:** Por isso nós temos consciência do que fizemos com total clareza e transparência que aqui estava.

**Deputada Zuraida Soares (BE):** Isso percebemos agora! Estamos todos conscientes!

**O Orador:** Foi isso que fez com que fosse constitucionalmente aprovado este diploma.

O que nós queremos é respeitar na íntegra o rendimento dos trabalhadores. O que queremos é que não exista na administração regional a necessidade de haver pessoas que trabalhem mais, porque quando há necessidade das pessoas trabalharem mais do que o seu horário, a solução que nós apontamos é que outras pessoas que não trabalham passem a trabalhar.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Pensava que era por causa da insularidade.

**O Orador:** Posso dizer a esta câmara que para esse efeito solicitámos a todos os serviços que nos identificassem até ao dia 17 de abril quais são efetivamente as suas necessidades de pessoal decorrentes desta conjugação de realidade, inclusivamente, da redução do horário de trabalho que nós decidimos aplicar para que possamos nos próximos meses fazer um recrutamento generalizado para a administração pública regional para que possamos ter mais açorianos a trabalhar na administração e para que os açorianos que neste momento têm que fazer horas a mais do que aquilo que é o seu trabalho não tenham no futuro que fazer essas horas a mais e que sejam compensados por quem hoje está no desemprego.

Assim é que se combate o desemprego!

**Deputada Zuraida Soares (BE):** Tem-se visto! Nesta Região tem-se visto!

**O Orador:** Assim é que se defende os trabalhadores! Assim é que se defende o rendimento dos açorianos!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)*

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Explique isso à Sra. Deputada Isabel Almeida Rodrigues!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Vice-Presidente.

O Sr. Deputado Joaquim Machado pede a palavra para?

**Deputado Joaquim Machado (PSD):** Para uma interpelação.

**Presidente:** Tem a palavra Sr. Deputado. Três minutos.

(\*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Não será necessário tanto tempo Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Sra. Presidente, o Sr. Vice-Presidente do Governo insiste em afirmar que a oposição quer obrigar o Governo a não cumprir uma lei, ainda que tendo percebido coisa diferente, percebendo que o que a oposição quer é que o Governo faça a alteração da lei. Tanto assim é que desafiou a oposição a trazer aqui um diploma neste sentido.

A minha interpelação a V. Exa., Sra. Presidente, é a seguinte: se qualquer partido desta casa trouxer à presença de V. Exa., um Projeto de Decreto Legislativo Regional que altere o Orçamento da Região, designadamente o impacto orçamental, se V. Exa. aceita a entrada desse diploma e se o despacha para a Comissão respetiva.

Ou por outro lado, se for o Governo Regional a trazer um diploma que altere o orçamento regional, se V. Exa. aceita e manda tramitar esse diploma conforme é habitual.

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** Claro que sim. Não pode ser de outra maneira!

**O Orador:** Queria saber qual seria o entendimento de V. Exa. sobretudo em presença de um Projeto de Decreto Legislativo trazido aqui por um partido da oposição.

**Presidente:** Sr. Deputado, aliás como já foi referido aqui no debate, naturalmente que nesta fase em que estamos, com um orçamento aprovado, qualquer iniciativa que entre e que faça alterar esse orçamento não pode ser admitida porque fere uma das questões formais que tem a ver com a lei travão e por isso não poderá ser admitida.

**Deputado Joaquim Machado (PSD):** Muito bem! Muito obrigado!

**Presidente:** Sr. Deputado Francisco Coelho pede a palavra para se inscrever?

**Deputado Francisco Coelho (PS):** Sim.

**Presidente:** Peço então mais um minuto.

Sr. Deputado Aníbal Pires penso que é para uma interpelação que pede a palavra?

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** Para solicitar um intervalo regimental de quinze minutos.

**Presidente:** É regimental.

Regressamos às 11 horas e 35 minutos.

*Eram 11 horas e 45 minutos.*

**Presidente:** Srs. Deputados, agradeço que ocupem os vossos lugares.

*Eram 12 horas e 11 minutos.*

Eu peço aos Líderes Parlamentares e ao Sr. Vice-Presidente o favor de se aproximarem da Mesa.

*(Pausa)*

Muito obrigada então pela vossa atenção.

Vamos continuar com o nosso debate.

Tem a palavra a Sra. Deputada Zuraída Soares.

**(\*) Deputada Zuraída Soares (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Sendo provavelmente esta a última intervenção vou tentar ser capaz de dizer tudo aquilo que ainda pretendo dizer.

Começaria pelo Sr. Vice-Presidente, a quem com toda a frontalidade quero dizer o seguinte: a sua última intervenção Sr. Vice-Presidente (eu estou aqui nesta casa há 5 anos) foi a mais infeliz, a mais demagógica e a pior que o senhor fez nestes cinco anos em que eu aqui estou.



**Deputado Lúcio Rodrigues (PS):** A senhora em matéria de demagogia pode falar muito!

**A Oradora:** Vou dizer-lhe outra coisa: o Sr. Vice-Presidente que representa um Governo e também o PS que o suporta, todos os dias diz, e bem, nesta Região que o Governo da República reina porque põe pobres contra miseráveis; privados contra públicos; novos contra velhos e empregados contra desempregados.

Sr. Vice-Presidente, foi exatamente aquilo que o senhor fez.

O senhor perdeu a legitimidade política para fazer este tipo de discurso na RAA,...

**Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** Tocou-lhe na ferida!

**A Oradora:** ... porque aquilo que o senhor fez aqui foi exatamente pôr os trabalhadores empregados desta Região, contra os trabalhadores desempregados desta Região. Passos Coelho e Paulo Portas não fariam melhor, até porque o Sr. Vice-Presidente, em determinados aspetos, é bem mais brilhante e do ponto de vista da demagogia, penso que lhes passa bem à frente.

**Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** Muito obrigado!

**A Oradora:** Esta era uma das coisas que eu não queria deixar passar em branco.

Depois, eu queria voltar ao Decreto Legislativo Regional que trata da remuneração complementar regional, para dizer o seguinte: no seu segundo parágrafo diz o decreto que “a remuneração complementar regional, visa por um lado atenuar a diferença do nível do custo de vida dos Açores em relação ao continente,...

**Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** Dou-lhe um exemplo até!

**A Oradora:** ... designadamente os derivados dos custos da insularidade e por outro diminuir as desigualdades resultantes do baixo valor das remunerações desta Região”.

Quando alguém aqui pergunta: o que é que uma coisa tem a ver com a outra? Na realidade só há uma resposta: não tem nada!

Uma medida, um complemento, uma remuneração que tem estes dois objetivos, não se compadece com aquilo que o Governo está a fazer que é retirar dessa remuneração que visa repor uma desigualdade que os trabalhadores desta Região já têm, segundo o decreto pela insularidade e pelos baixos salários e vai retirar-lhes o dinheiro que eles já não têm, de tal maneira que há pessoas nesta Região, neste momento, que levam para casa...

**Vice-Presidente do Governo Regional** (*Sérgio Ávila*): Isso é a norma que a senhora aprovou!

**Deputado Artur Lima** (*CDS-PP*): Não!

**Vice-Presidente do Governo Regional** (*Sérgio Ávila*): Não foi isso que o senhor aprovou?

**Deputado Artur Lima** (*CDS-PP*): Não!

**A Oradora:** ... menos do que o ordenado base, depois de descontadas as horas extraordinárias da remuneração complementar.

Primeira questão: o senhor acha isso justo?

Bom, isso é um problema seu.

**Vice-Presidente do Governo Regional** (*Sérgio Ávila*): A senhora votou a favor!

**A Oradora:** Já lá vamos, já vamos ao votou a favor.

Agora, continuo a tentar fazer o discurso melado que me é característico e até estou a esforçar-me para que ele seja o mais melado possível.

Foi aqui perguntado o seguinte: o que é que o legislador queria, o legislador aqui é o Governo Regional, com esta norma (artº. 11º, ponto 3)? Foi perguntado o que é que o PS, que também votou favoravelmente esta norma, pretendia?

O Sr. Vice-Presidente deu uma resposta extraordinária: afirma o Governo Regional e o PS, ao contrário daquilo que andaram a dizer nesta Região, por cada uma das nove ilhas, em tudo quanto era comunicação social e dentro desta Casa, não era compensar os trabalhadores; não era repor a ética, a moral, a justiça que o Governo da República tinha tirado. O que os senhores queriam, afirmaram-no há pouco nesta casa, era acabar com as horas extraordinárias,...

**Presidente:** Agradeço que termine Sra. Deputada.

**A Oradora:** ... complementar e outros de natureza idêntica, que já lhe perguntei três vezes o que é que isto quer dizer e o Sr. Vice-Presidente ainda não me respondeu.

Para acabar com as horas extraordinárias, Sr. Vice-Presidente, não era preciso fazer o artigo 11º., ponto 3 e vou dizer-lhe uma coisa: os senhores trataram aqui as horas extraordinárias e os trabalhadores que fazem horas extraordinárias como se fossem uma camada de malandros e de oportunistas...

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** É verdade!

**A Oradora:** ... e eu quero dizer-lhe uma coisa: há trabalhadores e trabalhadoras nesta Região que se não fossem as horas extraordinárias ganhavam uma miséria. Trabalham que se fartam!

**Presidente:** Tem de terminar Sra. Deputada.

**A Oradora:** Percebe? Trabalham que se fartam para levar essas horas extraordinárias para casa.

**Deputado Joaquim Machado (PSD):** Muito bem!

**A Oradora:** Portanto, Sr. Vice-Presidente, aquilo que o senhor disse todos os trabalhadores desta região devem ter ouvido.

**Presidente:** Sra. Deputada, agradeço que termine.

**A Oradora:** Vou terminar Sra. Presidente.

O Governo Regional vai acabar com as horas extraordinárias. Mas agora a boa notícia...

*(Apartes inaudíveis entre os Deputados das diversas bancadas).*

**A Oradora:** Eu quero acabar Sra. Presidente mas não está fácil.

**Presidente:** Continue, Sra. Deputada.

**A Oradora:** ... aquilo que vai sair amanhã na comunicação social é que o Governo Regional está a fazer um levantamento exaustivo para ver quantos mais trabalhadores é que vai meter na função pública para tirar as horas extraordinárias.

**Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** Sim senhora!

**A Oradora:** Tenho três coisas para lhe dizer e com isto termino.

**Presidente:** Sra. Deputada, vai acabar por prejudicar o tempo dos colegas.

**A Oradora:** O senhor não está obrigado pelo Orçamento de Estado que diz que por cada trabalhador que sai...

Diga lá. Diga se está ou não.

**Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** Vamos ver!

**A Oradora:** Por cada cinco trabalhadores que saem só pode entrar um. O senhor não está obrigado a um Orçamento de Estado que o obriga a diminuir em 2% o número de trabalhadores da administração pública.

Então eu pergunto-lhe quantos é que o senhor vai meter na administração pública?

**Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** Já lhe digo!

**A Oradora:** Quantos postos de trabalho? Diga agora, aqui, não é amanhã, é agora, quantos postos de trabalho?

Já agora Sr. Vice-Presidente, um Governo Regional e um partido que passa a vida a dizer que não se pode criar emprego à custa do emprego público, acabou agora aqui de dizer exatamente o contrário: afinal é à custa do emprego público! Sabe porquê? Porque isso no fim paga-se. Sabe quando é que se paga? Em 2016.

É para isso que os senhores vão tirar as horas extraordinárias, prejudicando os trabalhadores desta Região.

Portanto, os senhores agiram de má-fé, os senhores puseram uma norma que nós votámos e aqui assumimos que o fizemos mal, por isso estamos a tentar corrigir o erro.

Os senhores agiram de má-fé, os senhores aldrabaram os trabalhadores, os senhores mentiram a esta casa e recusam-se a corrigir isso que fizeram.

Pode vir com as palavrinhas mansas e com a demagogia que quiser que não há nenhum açoriano ou açoriana que não perceba isto neste momento.

Obrigada.

**Presidente:** Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra.

(\*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Há aqui algumas questões que carecem de esclarecimento por parte do Sr. Vice-Presidente e desde logo a seguinte: quem conhece o modelo organizacional da administração pública certamente perceberá que em determinados setores não é de todo possível acabar com as horas extraordinárias e que a solução até para as respostas que os serviços têm de dar, implica por vezes horas extraordinárias e não é a contratação de mais trabalhadores que alguma vez evitará que em determinadas circunstâncias tenha de haver horas extraordinárias.

Portanto, Sr. Vice-Presidente essa é uma falsa questão.

Depois, e relativamente à iniciativa e à questão da lei travão.

Eu já há pouco referi que vou encontrar uma solução para que o diploma seja aceite pela mesa da Assembleia.

Mas, Sr. Vice-Presidente, eu queria colocar-lhe aqui uma questão até para que isto possa ser ultrapassado rapidamente.

Diga-me uma coisa, Sr. Vice-Presidente: a verba que está alocada ao pagamento da remuneração complementar já tinha em consideração as horas extraordinárias que iam ser descontadas, os valores desses pagamentos?

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Uma boa pergunta!

**O Orador:** Já tinha? Não, Sr. Vice-Presidente. Não. A verba que V. Exa. alocou ao pagamento da remuneração complementar não tinha esse desconto.

**Deputado Francisco Coelho (PS) e Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** Como é que sabe?

**O Orador:** Sei, Sr. Vice-Presidente.

Portanto posso dizer-lhe o seguinte: não há nenhum tipo de problema e se calhar a construção da minha iniciativa não terá tanto trabalho assim porque a verba que V. Exa. lá alocou é a verba suficiente para pagar a remuneração complementar e portanto não haverá com a alteração, nenhum aumento do orçamento da Região para 2014.

Isso Sr. Vice-Presidente, o senhor não vai ser certamente capaz de desmentir.

Muito obrigado.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Coelho.

(\*) **Deputado Francisco Coelho (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Creio que temos avançado e já conhecemos os argumentos de cada um.

Mas Sra. Deputada Zuraida Soares e Sr. Deputado Paulo Estêvão, a quem aliás gostaria na minha anterior intervenção de ter começado,... há coisas que são absolutamente inadmissíveis, vamos ter um bocadinho de racionalidade. A Sra. Deputada Zuraida Soares insiste,... quer dizer a oposição não pode chegar aqui, neste caso, e dizer que o Governo (palavras meladas Sra. Deputada Zuraida Soares) mente e aldraba porque a oposição por um conjunto de razões que eu não quero aprofundar, não leu convenientemente (eu acrescento o convenientemente) a proposta de Orçamento do Governo.

**Deputada Zuraida Soares (BE):** Mas os senhores leram e sabiam o que é queriam com ela. Mentiram!

**O Orador:** E por que é que V. Exa. não leu Sra. Deputada? Por que é que Vs. Exas. não leram?

O Governo e o PS agora têm culpa...

**Deputada Zuraida Soares (BE):** Da má-fé! Tem culpa da má-fé!

**O Orador:** Má-fé?! Pedimos para não ler?! O diploma vinha com gralhas? A escrita estava borrada?

**Deputada Zuraida Soares (BE):** Não! Dizia uma coisa e pretendia outra!

**O Orador:** Não, desculpe, dizia exatamente o que diz. Não foi objeto de qualquer alteração.

**Deputada Zuraida Soares (BE):** Pois não. Por isso é que estamos aqui!

**O Orador:** Sra. Deputada, eu vou ser contido, vou dizer-lhe só isto: os açorianos tirarão, como disse e muito bem, as suas conclusões.

Pessoalmente não confio muito em quem tem uma certa preguiça para que ler o que tem que ler.

Vamos ficar por aqui.

**Deputada Zuraida Soares (BE):** Quanta a preguiça tinha muitas lições para dar à sua bancada e ao Governo Regional também!

Quanto a preguiça posso falar alto!

*(Apartes inaudíveis entre os Deputados das diversas bancadas)*

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados, vamos permitir que o Sr. Deputado Francisco Coelho continue a sua intervenção.

Sr. Deputado Francisco Coelho faça favor.

**O Orador:** De resto, Sra. Deputada Zuraida Soares, fazer política é fazer opções. Temos que fazer opções! Temos que fazer opções!

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Passos Coelho e Paulo Portas fazem a mesma coisa!

**O Orador:** É e depois julgamos as opções.

Nós assumimos as nossas opções. Nós assumimos esta opção.

**Deputada Zuraida Soares (BE):** Não!

**O Orador:** Nós assumimos esta opção e dizemos porquê.

**Deputada Zuraida Soares (BE):** Dizem agora, na altura não disseram.

**O Orador:** Oh, Sra. Deputada queria que a Lei do Orçamento viesse com bonequinhos e legendas?

**Deputada Zuraida Soares (BE):** Não. Bastava boa-fé!

**O Orador:** Não desculpe, basta saber ler, ter vontade e dar prioridade àquilo que merece ser lido.

Desculpe, esta é uma conversa desagradável, mas a Sra. Deputada é que me obriga porque atreve-se, perante uma proposta a que teve acesso e que não quis alterar, vir agora dizer que o Governo e a bancada do PS aldrabaram e mentiram.

É preciso ter, apesar de tudo, mesmo retoricamente, algum cuidado com as palavras para que elas tenham algum significado, algum equilíbrio e apesar de tudo o mínimo de justiça.

**Deputado Berto Messias (PS):** Muito bem!

**O Orador:** De resto, a opção do Governo é discutível? Talvez seja. É sempre discutível. V. Exa. tem todo o direito de não concordar, mas nós assumimos essa opção e vamos mantê-la. Vão existir propostas de alteração? Façam favor, é um direito de propositura, elas serão tratadas democraticamente, como sempre.

Portanto, penso que este assunto está devidamente explicitado e dá também uma ideia que, infelizmente, espero que não seja pelos trabalhos futuros deste Parlamento confirmada acerca de uma certa confiança do trabalho da oposição. Muito obrigado.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(\*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Eu nunca pensei assistir a um argumentário destes por parte de um partido que se diz socialista, por parte de um partido que se diz de esquerda, por parte de um partido que é patronato de uma central sindical e por parte de um partido que na concertação social se opôs ao banco de horas. É a UGT da qual o seu Presidente faz parte da Comissão Política Nacional do PS. É a UGT, Sr. Deputado Berto Messias! E os senhores aqui, sindicalistas imbuídos, que se opuseram ferozmente à direita feroz da República, como os senhores dizem, ao banco de horas, mas o Sr. Vice-Presidente aceitou aqui implementar nos Açores.

O que é que foi ficando neste processo todo? Eu não tenho problema nenhum em dizer que votei aquela norma, não tenho nenhum problema, agora também não tenho e reconheço com toda a humildade, que não me apercebi do impacto que aquela norma ia ter no bolso dos trabalhadores. Reconheço aqui.

Agora o que é lamentável é que o Governo venha fazer propaganda à custa do trabalho dos trabalhadores. Eu explico porquê. E daquela verba, como já foi aqui dito pelo Deputado Aníbal Pires, quanto é que se gastou? Sabem? Essa coisa é má-fé. É má-fé do Sr. Vice-Presidente e é má-fé do Governo, porque quando fizeram a conta sabiam exatamente o que eu não sabia nem mais



ninguém aqui sabia: quanto se ia poupar em horas extraordinárias; quanto se ia poupar em trabalho suplementar e quanto se ia roubar a um trabalhador para pagar o trabalho do outro. Foi isso que os senhores andaram a fazer.

Quem está a pagar a remuneração compensatória não é o Governo, são trabalhadores a pagar a outros trabalhadores. Os senhores tiram no trabalho extraordinário para pagar remuneração no outro lado. É isso que se passa e isso é, Sr. Vice-Presidente, uma indignidade! Isso é uma indignidade Sr. Vice-Presidente!

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Muito bem!

**O Orador:** É isso que é a má-fé absoluta e que não vale a pena avançar mais no debate.

O senhor fez o que fez, o senhor propôs a lei, o senhor é o legislador, o espírito do legislador era aquele e eu termino dizendo: votei favoravelmente. Se fosse hoje não votava. Eu não atingi o que isso podia ter de impacto no bolso dos trabalhadores, ao contrário do senhor que fez pura demagogia, pura propaganda e anda a fazer política com o dinheiro daqueles que mais precisam.

Mais, há instruções na administração pública, dadas pela sua Vice-Presidência em que os trabalhadores têm que fazer horas extraordinárias. O trabalhador não pede para fazer horas extraordinárias, os serviços obrigam os trabalhadores a fazer horas extraordinárias...

**Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** Instruções de quem?

**O Orador:** Da Vice-Presidência! Na administração pública!

De certeza que não são minhas. São do Governo!

**Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** Primeiro diz que sou eu, depois diz que é o Governo!

**O Orador:** Se não é do Presidente do Governo, é do senhor ou do secretário. Quem quer que seja. É do Governo. Que eu saiba quem tem a administração pública é a Vice-Presidência.

Portanto, são suas, Sr. Vice-Presidente.

**Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** São falsas!

**O Orador:** É falso que há trabalhadores na administração pública que lhe foi dito: não há dinheiro para lhe pagar, tire horas, tire dias!

**Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** Que eu disse?

**O Orador:** Disse na administração pública!

**Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** Eu é que disse?

**O Orador:** O senhor é que diz, o senhor é que manda na administração pública.

**Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** Eu é que disse?

**O Orador:** É o seu chefe de serviços, é o seu chefe de divisão, é quem o senhor quiser.

**Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** O senhor já está a mentir ou não sabe o que diz!

**O Orador:** Mentir, mente o senhor! Aldraba, aldraba o senhor aqui dentro com esta norma do orçamento.

**Presidente:** Vamos ter alguma calma.

**O Orador:** Mentir, mente o senhor! Enganar, engana o senhor e enganou-nos a todos, com a sua norma sub-reptícia de roubar dinheiro a uns trabalhadores para dar aos outros...

**Presidente:** Vamos ter alguma calma.

**O Orador:** ... Sr. Vice-Presidente, é o que se passa aqui dentro.

**Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** Isso não é assim, Sra. Presidente!

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** É assim, é!

**Presidente:** Sr. Vice-Presidente pede a palavra para?

**Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** Sra. Presidente considera adequada a linguagem utilizada pelo Sr. Deputado Artur Lima neste debate?

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** O senhor é que começou, é que me chamou de mentiroso!

**Deputada Zuraida Soares (BE):** E preguiçosa é linguagem? O senhor também me chamou!

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados, vamos tentar manter alguma calma.

*(Apartes inaudíveis entre os deputados das diversas bancadas)*

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados, estou no uso da palavra, agradeço que entre apartes e telefonemas possam dar-me alguma atenção.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Olhe para a cara do Sr. Vice-Presidente e depois fale. Olhe para a cara de gozo!

**Presidente:** Sr. Deputado...

Obrigada pela vossa atenção. Naturalmente pretendemos acabar o debate com todo o respeito e nível que esta casa nos merece e todos aqueles que nos elegeram.

Naturalmente, que há excessos de parte a parte, a Mesa tem tido o cuidado de apelar ao bom senso e à serenidade quando entende que assim o deve o fazer, como também o fez em relação ao Sr. Deputado Artur Lima pedindo-lhe alguma calma na utilização da sua linguagem.

Naturalmente apesar de tudo há sempre figuras regimentais disponíveis e ao dispor de todos nós quando acharem que algum Sr. ou Sra. Deputado, ou algum Membro do Governo excede-se de uma forma mais particular.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Muito bem!

**Presidente:** Vamos continuar o nosso debate.

Está inscrito o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(\*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

É absolutamente lamentável o que aqui está a suceder.

O Sr. Vice-Presidente do Governo Regional veio aqui fazer a triste figura de diabolizar os trabalhadores da Administração Regional que recebem horas extraordinárias.

Eu sou trabalhador da Administração Regional. Já fiz horas extraordinárias e fiz horas extraordinárias ao serviço da Região porque me foi pedido, porque me foi solicitado e foi um serviço que prestei como os trabalhadores agora estão a fazê-lo.

Os senhores vieram para este debate a diabolizar quem recebe horas extraordinárias como se fossem os privilegiados, como se aquilo fosse um privilégio e não fosse um serviço que estão a fazer à RAA.

Sempre assim foi e os senhores agora é que se lembram que existem horas extraordinárias na RAA. Incrível para quem governa há 18 anos na RAA!

Há 18 anos que os senhores governam e agora é que os senhores confrontados com esta injustiça vêm aqui lembrar-se!

Não! As horas extraordinárias são um privilégio, não devia acontecer.

Estamos aqui há 18 anos, mas não lemos nenhum orçamento, não lemos nenhuma regra da administração regional, porque ao longo destes 18 anos não nos apercebemos que existiam horas extraordinárias na administração regional e que estas horas extraordinárias eram um privilégio.

Não são nenhum privilégio! São um serviço que nos é pedido no âmbito da administração regional e é esse serviço que tem sido feito e tem sido realizado, com todo o empenho e profissionalismo, pelos diferentes funcionários da administração regional.

Oitenta ou noventa por cento das pessoas já o fizeram, mas não o fizeram para serem privilegiados, fizeram-no porque lhes foi pedido.

Portanto, o que os senhores vêm aqui dizer ao longo de 18 anos é que todos nós somos criminosos, somos privilegiados, fizemos horas extraordinárias ao serviço dos Açores. Isso é absolutamente inaceitável e não aceito que o Sr. Vice-Presidente use esta demagogia! Esta é a palavra que aplica, não é nenhum insulto, é o que o senhor fez. Demagogia!

Portanto, meus senhores não é aceitável essa postura. Não posso aceitar que uma senhora com 59 anos me telefone e diga: eu ganhei 78 euros de horas extraordinárias e foi-me deduzido 71. Ainda paguei o transporte.

**Deputada Zuraida Soares (BE):** Há quem leve menos que o ordenado base!

**O Orador:** Portanto, isto é que é estar ao serviço. Isto é que é estar a ter um privilégio. Esta senhora, como muitos outros funcionários estiveram ao serviço da RAA, apostaram o seu serviço com seriedade e o senhor não me venha agora aqui dizer: Vamos resolver porque as horas extraordinárias é uma injustiça que

nós alimentámos, que nós introduzimos ao fim de 18 anos no Governo. Não é aceitável! Não faça demagogia nesta casa, Sr. Vice-Presidente!

**Deputado Francisco Coelho (PS):** Não, não! Para isso está cá o senhor!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Vice-Presidente do Governo.

(\*) **Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente.

Primeira questão, Sr. Deputado Artur Lima: nunca foi dada nenhuma instrução da minha parte...

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Demagogia! Da administração!

**O Orador:** O senhor disse que eu tinha dado. Disse e está aqui registado. O senhor já deu a volta à questão. Desmentiu-se a si próprio. Já não fui eu, foi supostamente a administração.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Quem é o responsável?

**O Orador:** Eu não dei, portanto o que o senhor disse não corresponde à verdade.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sr. Vice-Presidente seja sério!

**O Orador:** De resto as palavras ficam consigo.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** As suas também!

**O Orador:** Ah ficam, com todo o orgulho. Com todo o orgulho!

Mas vamos ao que interessa.

A questão essencial nesta matéria, é que o Governo claramente, e penso que todos os açorianos e até acho que, fora do calor deste debate, todos os partidos (tenho a certeza), acham que não faz sentido haver horas extraordinárias, o próprio nome indica que é extraordinária, quando correspondem a necessidades permanentes e efetivas dos serviços.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** O senhor não respondeu à minha pergunta!

**Deputada Zuraida Soares (BE):** Os professores todos sabem isso. Bom discurso para os professores contratados!

**O Orador:** As necessidades efetivas e permanentes dos serviços correspondem efetivamente a necessidade de novas contratações.

Eu e o Governo não nos sentimos bem, não temos como objetivo haver pessoas que trabalhem mais horas...

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Mas então o que é que os senhores estão a fazer há 18 anos?

**O Orador:** ... e aquilo que a lei impõe para em contrapartida, havendo pessoas que estando desempregadas, podiam estar a fazer exatamente essas mesmas horas.

Eu dou-lhe concretamente um exemplo.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Dê dos médicos!

**O Orador:** Oh senhor, os médicos não recebem remuneração complementar.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Alguns recebem!

**O Orador:** Não. Saiu-lhe o tiro completamente ao lado.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Por que é que não recebem?

**O Orador:** Eu vou dar um exemplo concreto: o número de horas extraordinárias que são solicitadas aos enfermeiros, corresponde exatamente à colocação de mais 40 enfermeiros na Região.

O que eu pergunto é se os senhores concordam que os enfermeiros que estão num serviço façam mais horas do que a lei permite, ou tenhamos nos Açores mais quarenta enfermeiros a trabalhar?

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Demagogia da mais barata!

**O Orador:** Esta é que é a questão que os senhores têm que responder. Este é que é o cerne da questão. É aqui que se vê quem defende os trabalhadores, quem defende o trabalho e quem não o defende.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** E os horários alargados?

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** Essa é uma das questões!

**O Orador:** Mas quero dizer-vos uma coisa essencial nesta matéria e neste debate.

Primeiro: ficou claríssimo que o governo cumpriu integralmente a lei aprovada por unanimidade nesta Assembleia.

Segundo: ficou claro que a lei é transparente, não tinha qualquer dúvida de interpretação e as normas eram todas claras e todos os partidos tiveram acesso a elas, um mês antes de serem aqui aprovadas. Sobre isso também não ficou dúvida nenhuma.

Terceiro aspeto essencial: este diploma foi analisado pelo Tribunal Constitucional.

Quem lê a argumentação produzida por esta Assembleia na defesa deste diploma e o Acórdão do Tribunal Constitucional que permitiu que os trabalhadores da administração pública regional tivessem a reposição da remuneração base que lhes tinha sido cortada pelo Governo da República, percebe exatamente a norma e o conteúdo que aqui está.

Basta os senhores lerem o parecer que os senhores próprios mandaram para o Tribunal Constitucional para justificar o que aqui estão hoje a dizer que não concordam e que concordavam ontem.

Esta é uma matéria demasiado importante para que possamos depois desta construção global desta proposta e do que ela passou em termos de auditoria constitucional, para agora virmos tirar proveito oportunista numa minoria de algumas questões.

Nós sabemos exatamente a sua construção. Sabemos exatamente o que é que a região ganhou com esta conquista autonómica e com este Acórdão do Tribunal Constitucional.

Temos consciência que para isto ter a viabilidade constitucional do Tribunal Constitucional, a proposta não é na totalidade da conformidade com aquilo que poderia ser se não tivesse o crivo do Tribunal Constitucional.

Isso, permitam-me que vos diga, é alguma dose de demagogia ou de irresponsabilidade, vir lembrar hoje coisas que não tiveram coragem de lembrar antes de a proposta ser analisada pelo Tribunal Constitucional.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Em outubro vamos conversar. Vai ver a nossa coragem!

**O Orador:** O tempo dar-nos-á razão.

A justiça em relação a esta matéria será devidamente colocada no tempo certo.

Os trabalhadores da administração regional sabem nesta matéria, como nas 35 horas, como em todas as outras matérias, que tem, como sempre tiveram, no Governo dos Açores o seu principal aliado.

Nós estaremos aqui para demonstrar que tínhamos exatamente razão como tivemos no passado, como temos no presente.

Nós não queremos que as horas extraordinárias sejam algo que os trabalhadores não possam fazer.

O que nós não queremos é que as horas extraordinárias sejam processadas como horas extraordinárias quando não o são.

Para isso o que nós queremos é, por cada necessidade efetiva de trabalho a mais do que o horário, termos mais pessoas a trabalhar, nós termos mais pessoas na administração para fazer o trabalho que efetivamente é necessário e não recorrer aos mesmos para fazerem mais quando existe pessoas no desemprego.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Essa é nova!

**O Orador:** Isso a mim choca-me.

Por isso mesmo a nossa luta é para que o trabalho que efetivamente seja extraordinário, seja feito por quem está desempregado e não por quem está a trabalhar, porque assim sim é que se combate as horas extraordinárias,...

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Já fui atacado violentamente nesta casa por defender isso!

**O Orador:** ... assim é que se combate o desemprego, assim é que se combate aquilo que é essencial que é a melhoria da qualidade da administração pública regional e o direito dos trabalhadores à sua justa remuneração,...

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Nenhuma demagogia! Zero!

**O Orador:** ... à sua remuneração correta de acordo com a lei ou de acordo com os princípios desta norma que repôs efetivamente a remuneração base de todos os trabalhadores.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Já fui atacado violentamente nesta casa por defender isso! Já acabou com os horários alargados que os chefes têm?

**Presidente:** Obrigada, Sr. Vice-Presidente.

Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.



(\*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

O PSD termina este debate como começou, reconhecendo que em sede de discussão do orçamento não vislumbrou o alcance que esta norma tinha, sobretudo do prejuízo que ela acarreta para os trabalhadores.

Por isso, reiteramos a nossa disposição para emendar o erro, um erro que só pode ser corrigido como V. Exa., Sra. Presidente, reconheceu na sequência da interpelação que lhe fiz, só pode ser corrigido pelo Governo Regional.

Mas tivemos pela frente um Governo Regional e um Vice-Presidente que fez politicamente (que me seja permitida a expressão) o papel de troca-tintas.

Começou por dizer que devia ser a oposição a apresentar um diploma quando se sabe que é muito difícil, do ponto de vista regimental e estatutário, fazê-lo.

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** E vai ser!

**O Orador:** Depois, passou daí para a justificação da redação desta norma, com a necessidade de fazer cortes nas horas extraordinárias, para acabar em demagogia a dizer que vai criar postos de trabalho com esta medida.

Por que é que não juntou esse argumentos aos outros méritos todos que tinha o orçamento, quando aqui apresentou o documento em novembro?

Por que é que não nos disse isso na altura? Que afinal este orçamento, contendo esta norma, até tinha mais uma virtude, que era a de criar postos de trabalho.

Espero que essa não seja mais uma promessa igual à tão propalada promessa dos mil postos de trabalho na fileira da madeira.

Mas cá estaremos para saber quantos postos de trabalho novos vão ser criados na administração pública regional, na sequência destes cortes das horas extraordinárias, sem sequer querer duvidar se pode ou não fazê-lo, aliás, questões que muito legitimamente aqui foram levantadas e que o Vice-Presidente como o “diabo foge da cruz”, a elas fugiu, porque depois de tudo isto fica uma questão: se pode criar postos de trabalho na administração pública, por que não o fez até agora?

**Deputada Zuraida Soares (BE):** Por que já não criou?

**O Orador:** Porque ficou à espera que os Açores batessem um triste recorde, um dramático recorde que envergonha a nossa autonomia e mais deve envergonhar os socialistas de deixar passar a barreira dos vinte mil desempregados, um trágico e negro recorde da autonomia da responsabilidade do PS para agora finalmente vir cortar nas horas extraordinárias e com isso compensar o desemprego que é um flagelo que apoquento milhares, milhares e milhares de açorianos e de famílias que hoje passam fome.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito bem!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Vice-Presidente.

(\*) **Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

É sempre um prazer ouvir um ex-membro do Governo que nesta Assembleia...

**Deputado Joaquim Machado (PSD):** Não seja hipócrita!

**O Orador:** ... votou e contrariou uma remuneração complementar aprovada por esta Assembleia.

**Deputado Joaquim Machado (PSD):** Seja sério!

**O Orador:** O que é que eu disse que não é verdade, Sr. Deputado? O que é que eu disse que não é verdade?

**Deputado Joaquim Machado (PSD):** O senhor diz que o Governo não vota!

**O Orador:** O senhor não era membro de um Governo, como e muito bem aqui o Sr. Deputado Aníbal Pires referiu e denunciou que na altura apesar de ter sido aprovada por uma maioria desta Assembleia, se dava instruções para que não fosse paga essa remuneração e quando voltaram a ter esse partido que suportava a maioria nesta Assembleia imediatamente revogaram essa remuneração complementar, ou o senhor não tem memória?

**Deputado Joaquim Machado (PSD):** Tenho, tenho!

**O Orador:** O senhor vem hoje defender uma coisa que quando o seu partido tinha maioria nesta Assembleia nunca permitiu que acontecesse.

É essa a diferença entre aqueles que quando estão na oposição dizem uma coisa e quando estão no Governo fazem o contrário.

**Deputado Rogério Veiros (PS):** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)*

**O Orador:** E se há Deputados dessa bancada que têm a legitimidade de dizer “eu nesse tempo não estava” (e podem dizê-lo legitimamente) o senhor é um (há vários) dos que nunca poderá dizer isso, porque o senhor fazia parte do governo que aqui estava que era suportado por essa maioria.

Segunda questão, é a questão que nós nos temos que entender sobre esta matéria.

O Governo quer efetivamente criar postos de trabalho. O Governo considera e penso que todos os açorianos consideram que entre uma opção de quem trabalha, trabalhar mais horas do que a lei determina e outra pessoa estar no desemprego, a opção que o Governo tem e que os açorianos têm é que quem trabalha deve trabalhar as horas que a lei define...

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Isso é demagogia pura!

**O Orador:** ... e para o Governo dos Açores está a ser menos do que aquelas que o Governo da República impunha e em contrapartida para que outros que não trabalham possam ter trabalho, para que outras famílias que não têm rendimento possam ter rendimento.

**Deputado Paulo Estêvão (PSD):** Há quanto tempo está no Governo Sr. Vice-Presidente? Só agora é que descobriu isso?

**O Orador:** A opção entre alguns terem trabalho a mais do que as horas de trabalho e outros que não têm trabalho passarem a ter trabalho, passarem a ter rendimento, passarem a ter futuro, a nossa opção clara é dar trabalho a quem não o tem.

Isto é uma opção clara que o Governo assume, o que não faz com que evidentemente não continue a haver a necessidade de horas extraordinárias pontuais, que devem ser devidamente remuneradas para o efeito.

Nós sabemos exatamente o que temos que fazer nessa matéria.

Lembro que a introdução desta remuneração complementar foi um processo que teve um crivo muito apertado no Tribunal Constitucional.

**Deputado António Marinho (PSD):** Isso é só malabarismo!

**Deputado Berto Messias (PS):** Sr. Deputado inscreva-se!

**O Orador:** Esta solução que apresentámos e que foi defendida por esta Assembleia é a solução que garantiu a aprovação no Tribunal Constitucional.

Passada esta etapa cá estaremos para continuar a cumprir o nosso compromisso, a nossa palavra, remunerando devidamente as horas extraordinárias quando são extraordinárias, mas não transformando horas extraordinárias em remuneração permanente.

Isso não faremos, porque a solução para esta matéria é sim reforçar o quadro da administração fazendo com que quem hoje não trabalha possa trabalhar aquilo que outros neste momento têm que trabalhar a mais do que o seu horário.

**Deputado Luís Garcia (PSD):** Isso é demagogia!

**Deputado António Marinho (PSD):** Acabe com as horas extraordinárias, mas não diga que é para criar emprego!

**O Orador:** É esta a solução que propomos e é esta a solução que os açorianos concordam.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Vice-Presidente.

Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

(\*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente só para dizer ao Sr. Vice-Presidente que eu tenho memória e tenho muita honra no trabalho que fiz, enquanto membro do Governo, e que faço hoje na oposição.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Muito bem!

**O Orador:** Num e noutro lado da barricada é que se faz e se cumpre a democracia e tenho muita honra naquilo que fiz. E só porque evocou a memória, serei agora eu a evocar a memória de V. Exa.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Grande lição!

**O Orador:** Nessa altura, sendo um contexto político diferente, tinha ao meu lado um atual membro do seu Governo e gente que está sentada naquela bancada.

**Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** Muito bem! E qual é o problema?

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(\*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Uma pergunta muito prática, muito objetiva, com esta sua preocupação da criação e emprego com as horas extraordinárias.

Sr. Vice-Presidente, há quanto tempo na RAA e desde que o Partido Socialista é governo, quantos postos de trabalho os senhores criaram por conta da extinção de horas extraordinárias até hoje?

Muito obrigado.

**Deputada Zuraída Soares (BE):** E quanto é que vão criar?

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Vice-Presidente do Governo. Agradeço-lhe que seja breve. Tem apenas um minuto.

(\*) **Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Vou responder ao Sr. Deputado Artur Lima.

Como referi, para o Governo dos Açores nós não consideramos que deve haver pessoas que trabalhem para além do seu horário normal, que está na lei,...

**Deputado Luís Garcia (PSD):** O senhor há de dizer isso ao seu motorista!

**Deputada Zuraída Soares (BE):** A pergunta não é essa!

**O Orador:** ... quando existem pessoas no desemprego que podem trabalhar essas horas. É esta a opção.

Como lhe disse estamos a fazer um levantamento de toda a administração regional...

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Agora! Agora!

**O Orador:** ... e dou-lhe só um exemplo como já lhe disse: só no caso dos enfermeiros é possível que quarenta enfermeiros que estejam no desemprego passem a trabalhar e em contrapartida aqueles que trabalham horas a mais trabalhem no seu horário normal.

**Deputada Zuraida Soares (BE):** Só os enfermeiros é que fazem horas extraordinárias?

**O Orador:** Mais, com isto não há qualquer poupança financeira. Não há nenhuma poupança financeira! Existe sim um aumento efetivo do emprego e existe efetivamente uma distribuição justa do rendimento e uma remuneração justa em relação ao trabalho.

**Deputada Francisco Coelho (PS):** Muito bem!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Vice-Presidente.

Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

**(\*) Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Para que fique registado que o Sr. Vice-Presidente não respondeu à minha pergunta.

**Deputada Zuraida Soares (BE):** Nem à minha, já agora!

**Deputado Joaquim Machado (PSD):** Nem à minha!

**Presidente:** Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

**Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** Não é uma da tarde?

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Já manda na Sra. Presidente?!

**Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** O Regimento não é para cumprir?! São 13 horas!

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Podemos voltar às 15 horas!

**(\*) Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Bem há aqui uma questão que é fundamental: o Sr. Vice-Presidente está há dez anos no Governo agora é que se lembrou de acabar com as horas extraordinárias. Há dez anos no Governo!

**Deputado Francisco Coelho (PS):** Estamos a falar no orçamento de 2014!

**O Orador:** E porquê?

Meus senhores, muito simples: como as pessoas protestaram porque estavam a ser roubadas, o que acontece é que o Sr. Vice-Presidente do Governo... “Ah é! Então eu tenho aqui uma coisa para vocês, eu vou acabar com as horas extraordinárias”.

Não tem nada que saber, isto é um castigo que o Sr. Vice-Presidente do Governo Regional aqui trouxe.

Vou terminar a minha intervenção, tenho muito pouco tempo para dizer o seguinte: em relação aos trabalhos da Assembleia, à análise ao trabalho diário que é feito, não tenho ninguém dessa bancada, ou de qualquer outra, para me dar lições, com todo o empenho tento fazer o melhor possível.

Em termos de capacidade e interpretação não me considero superior a ninguém, mas também não reconheço a inferioridade absolutamente em relação a ninguém.

Agora, o que eu gostava de dizer é que fui enganado nesta história. Fui enganado e continuo a ser e vou dizer: artigo 44º., por exemplo, votado por unanimidade “criação da história, geografia e cultura dos Açores”.

Os senhores comprometeram-se, os senhores negociaram comigo para que eu pudesse aprovar o Plano e Orçamento, a implementação desta medida e estamos no mês de abril e os senhores não o fizeram. Os senhores enganaram-me!

**Presidente:** Sr. Deputado, vamos cingir-nos à matéria do debate em questão!

**O Orador:** Termino Sra. Presidente.

Em relação a esta matéria é preciso muita atenção em relação às armadilhas e aos textos que o Sr. Vice-Presidente aqui tem, que aqui traz a esta casa.

Como é evidente da nossa parte existe boa-fé, de beneficiar os trabalhadores.

Do ponto de vista político foi essa a nossa decisão.

Nunca foi dito que isso teria estas consequências e nós fizemos a análise que fizemos com rigor e com a capacidade que não reconheço a nenhum outro Deputado uma capacidade de trabalho superior em relação a esta matéria.

Portanto, meus senhores, o Governo Regional nesta matéria enganou os trabalhadores e enganou os partidos da oposição.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

A mesa não tem mais inscrições.

O Sr. Vice-Presidente pede a palavra para?

**Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** Para uma intervenção.

**Presidente:** A bancada do Governo já esgotou o seu tempo na sua anterior intervenção, Sr. Vice-Presidente.

**Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** Então podia indicar os tempos totais do debate, se faz favor!

**Deputado Luís Maurício (PSD):** A mesa tem autoridade!

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Isto é gozo!

**Deputada Zuraída Soares (BE):** Não foi isso que combinamos ali.

Isso é a prova que o senhor engana e não é confiável!

**Presidente:** Sra. Deputada, vamos ter alguma calma.

**Deputado Berto Messias (PS):** Sra. Deputada Zuraída Soares isso é lamentável!

**Deputada Zuraída Soares (BE):** Lamentável foi o que o Sr. Vice-Presidente acabou de fazer. Deslealdade!

**Presidente:** Penso que podemos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Os defensores sindicalistas dos trabalhadores!

**Presidente:** As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

**Secretária:** O Projeto de Resolução apresentado foi rejeitado com 26 votos contra do PS, 16 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

**Presidente:** Obrigada, Sra. Secretária.

O Sr. Deputado Aníbal Pires pede a palavra para?

**Deputado Aníbal Pires (PCP):** Para uma declaração de voto.

**Presidente:** Tem a palavra Sr. Deputado.



(\*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Vou começar esta declaração de voto por uma expressão que é muito utilizada e continua a ser muito utilizada: “a luta continua!”

E a luta continua em defesa dos trabalhadores da administração pública regional e do setor empresarial da RAA, a quem se estendeu a remuneração complementar.

Tal como há pouco foi anunciado pela Representação Parlamentar do PCP, dará logo que possível entrada uma proposta de Decreto Legislativo Regional para alterar as normas que privam os trabalhadores da administração pública regional de auferirem rendimento a que têm direito.

Mais, não há efetivamente nenhuma norma que impeça a apresentação dessa iniciativa e aliás o Sr. Vice-Presidente não me desmentiu...

**Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** Não desmenti! Tem razão!

**O Orador:** ... há pouco quando eu afirmei que o dinheiro que está alocado ao pagamento da remuneração complementar, está integralmente calculado para pagar a totalidade da remuneração complementar, o que quer dizer que nem é necessário ir buscar dinheiro a mais rubrica nenhuma, a mais capítulo nenhum, para garantir que não há nenhuma ultrapassagem da lei travão.

Logo, essa iniciativa irá ser apresentada e certamente será admitida porque não haverá aqui nenhuma ultrapassagem à lei travão.

Então, nessa altura, já não haverá desculpas por parte do PS, relativamente ao conteúdo deste Projeto de Resolução que procurava desde já encontrar aqui uma solução consensual de todos os partidos na Assembleia Legislativa Regional, designadamente do PS para que se encontrasse uma solução que fosse para corrigir aquilo que na minha perspetiva foi um erro, nós assumimos aqui que votámos em boa-fé, mas segundo aquilo que o PS nos foi informando aqui, pelos vistos não é reconhecidamente um erro, é um ato propositado, premeditado e que tem a ver com determinados objetivos que são os objetivos do PS e que pelos vistos aqui existe efetivamente essa diferença.

Vou acabar esta declaração com as mesmas palavras com que a iniciei: “esta luta continua!”.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Coelho para uma declaração de voto.

(\*) **Deputado Francisco Coelho (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Uma declaração de voto telegráfica.

Tive oportunidade ao longo deste debate de esclarecer por que é que o PS mantém a opinião que tinha e que o fez votar favoravelmente este Orçamento e concretamente os artigos, ora postos em causa.

Deixo também aqui um compromisso relativamente a todos os partidos da oposição e especialmente, no caso, ao Sr. Deputado Aníbal Pires.

Quando entrar, e se entrar, alguma ou algumas propostas de alteração a esta matéria, a bancada do Grupo Parlamentar do PS, compromete-se que vai lê-las e votará em conformidade.

Muito obrigado.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado para uma declaração de voto.

(\*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Também muito rapidamente uma declaração de voto para reafirmar aquilo que norteou a participação do PSD neste debate, que foi em presença de um erro identificado querer corrigir.

Infelizmente, esse erro não será corrigido porque tivemos pela frente um Governo que se preocupa em ficar bem na imagem, mas como sabemos, ficar bem na pantalha não dá pão.

Um Governo e um Vice-Presidente que finge que ouve mas não escuta e com isso ficam os trabalhadores açorianos prejudicados.

Lamentamos o voto da bancada do PS, mas ele talvez se entenda naquilo que escrevia há dias um Deputado daquela bancada, e cito: “como sempre só a total dependência partidária permite ser disciplinado e parvo”.

Disse.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares para uma declaração de voto.

**(\*) Deputado Zuraida Soares (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

A síntese para o BE deste debate resume-se em duas palavras: vergonha e má-fé.

E ainda se resume numa outra conclusão: eu nunca supus ouvir o Governo Regional do PS dos Açores, usar exatamente a mesma argumentação contra os trabalhadores que o Governo da República de Passos Coelho e de Paulo Portas utilizou. Nunca!

Aquilo que foi feito aqui nesta bancada pelo Sr. Vice-Presidente foi tão lamentável que é impossível classificar: virar os trabalhadores empregados contra os desempregados, empregados alguns deles que ganham salários de miséria.

Outra conclusão: se não houvesse nesta Região trabalhadores e trabalhadoras que se esmifram a trabalhar e fazem horas extraordinárias para levarem para casa o mínimo que lhes garanta decência e alguma dignidade no seu provento mensal, eu daqui desta bancada exortava todos os açorianos e açorianas, todos os trabalhadores da administração pública regional a recusarem-se a fazer horas extraordinárias nesta Região, a começar pelos motoristas da administração...

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Muito bem!

**A Oradora:** ... para ver como é que os senhores andavam se não fizessem horas extraordinárias.

Mas muitos destes trabalhadores não se podem dar ao luxo de não fazer horas extraordinárias. Não há só enfermeiros nesta Região, Sr. Vice-Presidente e mesmo os enfermeiros, muitos deles, fazem horas extraordinárias porque têm que fazer. Não são oportunistas, são necessários à Região.

O senhor a partir de hoje fica obrigado a criar centenas de postos de trabalho nesta Região.

Depois deste debate, aqui, os açorianos e açorianas ficam à espera, sabe de quê? É que agora o senhor introduziu já não são 60 medidas contra o desemprego. O senhor introduziu 61. Uma é: acabar com as horas extraordinárias e meter os trabalhadores a fazer essas horas.

É a melhor maneira que o Governo Regional encontrou para combater o problema do desemprego que até hoje não foi capaz de fazer, porque nenhuma das medidas tem dado resultado. Esta vai ser a milagrosa. Mas esta prejudica, esta é lesiva, esta é uma manobra e este é um engano e os senhores ficaram muito ofendidos e muito surpresos porque nós, os partidos das oposições, não vimos as normas claras do Orçamento, que não podiam ter duas interpretações. Mentira! Tinham! Porque o que lá está escrito é compensar e afinal aquilo que os senhores queriam eram acabar com as horas extraordinárias. Aquilo era já em si próprio uma mentira.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Ora aí está!

**A Oradora:** Não havia clareza nenhuma ali.

Mais, estes cinco partidos que aqui estão assumem que se enganaram e que foram enganados.

Para terminar dizer o seguinte: os senhores não enganam?

**Deputada Isabel Almeida Rodrigues (PS):** São coisas diferentes!

**A Oradora:** O PS ficou muito ofendido com o termo enganar e mentir!

Sras. e Srs. Deputados, vou lembrar-vos duas coisinhas: uma chama-se comissão de redação final dum diploma que diz respeito aos professores.

**Deputada Isabel Almeida Rodrigues (PS):** Nunca fez uma redação final!

**Presidente:** Sra. Deputada, está a fazer uma declaração de voto.

**A Oradora:** Mentira! Engano! Embuste!

**Deputado Domingos Cunha (PS):** Não tem nenhum direito de fazer essa afirmação. É um abuso e uma falta de respeito para com a Sra. Presidente!

**A Oradora:** A outra passou-se aqui ontem nesta sessão...

**Presidente:** Sra. Deputada, está é uma declaração de voto.

**A Oradora:** Vou terminar.

... quando chegámos à conclusão que a Sra. Diretora Regional da Educação tinha alterado completamente, através de um despacho, o espírito de um Decreto Legislativo que aqui foi votado.

**Presidente:** Sra. Deputada, esta é uma declaração de voto e esta sua última parte da intervenção não se enquadra numa declaração de voto.

**A Oradora:** Vergonha!

Enquadra-se!

**Presidente:** Não se enquadra.

**A Oradora:** Enquadra no engano e na mentira. Mentem!

**Deputado Domingos Cunha (PS):** Ouvirá no tempo certo!

*(Apartes inaudíveis entre os deputados das diversas bancadas)*

**Presidente:** Caros colegas vamos ter alguma calma.

Sra. Deputada, penso que percebeu a mensagem que lhe quis transmitir mas não posso deixar de lhe dizer que efetivamente numa declaração de voto o que está em causa é dar o sentido de voto e apesar de alguma elasticidade que nós damos a todos os Deputados, há limites e acho que a senhora ultrapassou esses limites, se me permite.

**Deputada Zuraída Soares (BE):** É capaz!

**Deputado António Marinho (PSD):** É possível, mas disse verdades!

**Deputado Domingos Cunha (PS):** Ouvirá no tempo certo!

**Presidente:** Obrigada, Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(\*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Uma breve declaração de voto também.

Obviamente votamos favoravelmente este Projeto de Resolução como proponentes, tendo em conta também o espírito que aqui nos levaram a crer.

Vou citar essa matéria, nós subscrevemos nessa matéria completamente uma declaração do Presidente do Governo dos Açores (ou lá o que isso quer dizer

Governo dos Açores) de 1 de novembro de 2013: “com o objetivo de minimizar o efeito decorrente essencialmente do aumento da tributação sobre o consumo e dos seus efeitos na atividade económico e no aumento dos custos de insularidade, o Governo dos Açores resolveu alargar a remuneração complementar...

**Deputado Berto Messias (PS):** Imposta pelo Governo do CDS!

**O Orador:** ... ampliando a abrangência e a intensidade desta última criada em 2002 precisamente para minimizar o aumento dos custos de insularidade que se irão verificar em 2014 por via do agravamento fiscal”.

**Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** Exatamente!

**O Orador:** Subscrevemos esta afirmação do Sr. Presidente do Governo e votamos favoravelmente a norma do orçamento.

**Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** Exatamente!

**Deputado Francisco Coelho (PS):** É verdade!

**O Orador:** O que não sabíamos...

**Deputado Francisco Coelho (PS):** O senhor está a dizer que concorda com o discurso e não com a lei!

**O Orador:** ... era que a lei era mal intencionada, que a norma era mal intencionada...

**Deputado Luís Garcia (PSD):** E era diferente do discurso!

**O Orador:** ... e que a norma trazia outras intenções e outras proporções de intensidade no bolso dos trabalhadores, que nós não conseguimos avaliar e ainda hoje não conseguimos por não termos dados.

Isso ao fim de doze anos dessa remuneração complementar é a primeira vez que eu ouço dizer, o Sr. Vice-Presidente, que vai criar emprego pelas horas extraordinárias. Para não ir mais atrás, é ao fim de doze anos, Sr. Vice-Presidente.

Digo-lhe mais, Sr. Vice-Presidente, é lamentável que um partido sindicalista, promotor e sócio e presidente de uma central sindical, venha tirar dinheiro a uns trabalhadores para pagar a remuneração complementar a outros.

Eu pergunto, fica a pergunta aqui e a afirmação: no nosso entender há trabalhadores de primeira e trabalhadores de segunda; há aqueles que fazem horas extraordinárias porque o serviço lhes pede; há aqueles que fazem horas extraordinárias porque são essenciais para a manutenção do serviço.

**Deputado Francisco Coelho (PS):** Há os que fazem e há os que estão desempregados!

**O Orador:** Não precisamos ir mais longe, basta ver os motoristas que estão lá em baixo à espera dos Srs. Membros do Governo quando daqui saem.

**Deputado Luís Garcia (PSD):** É deixá-los a pé!

**O Orador:** Mais: os administrativos, toda a gente que faz porque foi o serviço que lhe pediu e é esta gente que não pode, que não tem remuneração complementar porque o Sr. Vice-Presidente a tirou.

**Deputado Luís Garcia (PSD):** O Sr. Vice-Presidente quando chegar à Terceira ou a S. Miguel não vai ter ninguém à espera. Era bem feito.

**O Orador:** Por isso dizemos que só quem conhecia o real impacto dessa norma era a Vice-Presidência do Governo, que ia tirar dinheiro a uns trabalhadores para dar aos outros.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(\*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Este processo e este debate demonstraram perfeitamente o posicionamento dos diversos partidos em relação à votação desta iniciativa.

O nosso posicionamento foi o de tentar servir os trabalhadores dos Açores, ir ao encontro daquilo que é justo do ponto de vista desta matéria; não tentar encobrir as nossas intenções; não lançar nuvens de fumo em relação a esta matéria; não dizer como disse o Governo que agora há uma nova prioridade, ao fim de 18 anos descobriu que há horas extraordinárias; não diabolizar quem recebe horas extraordinárias.

As pessoas que recebem horas extraordinárias, que trabalham extraordinariamente além do seu horário normal de trabalho, fazem-no ao

serviço da Região e dos Açores. Eu já o fiz e fi-lo ao serviço da Região e dos Açores.

Estou convencido que muitos dos que aqui estão sentados já o fizeram e não são nenhuns criminosos por terem feito horas extraordinárias, o que fizeram foi cumprir o seu dever e aquilo que lhe foi pedido pela administração regional, o que nos foi pedido pela administração regional foi que fizéssemos aquele serviço ao serviço dos Açores e ao serviço dos açorianos.

O que é lamentável é que neste debate, pura e simplesmente porque os trabalhadores levantaram a questão, a resposta do Governo é: ah é, então os senhores vão ser profundamente prejudicados porque nós vamos arranjar maneira de fazer aquilo que não fizemos ao longo destes 18 anos e vamos arranjar maneira de vos tirar qualquer tipo de hora extraordinária, porque vamos tentar castigar-vos e vamos lançar lama para as vossas consciências, vamos lançar lama a dizer: “Meus senhores, que vergonha, que falta de solidariedade. Os senhores fazem horas extraordinárias e estão a prejudicar os outros trabalhadores açorianos. Que vergonha meus senhores!”.

**Deputado Joaquim Machado (PSD):** São a causa do desemprego!

**O Orador:** Portanto, não é só para aqueles que fizeram horas extraordinárias, são para aqueles que ao longo de todos estes anos ao longo da administração regional do PS, que são 18 anos (repito, 18 anos) exerceram essas funções com a convicção de que estavam a responder a um pedido da administração regional e que estavam a prestar um serviço à sua Região.

Sra. Presidente, digo-lhe que tentou-se aqui lançar a imagem que há uns que trabalham mais e há outros que trabalham menos.

Eu digo-lhe uma coisa: deito-me todos os dias de consciência tranquila. Dou o máximo! Faço o máximo! Leio o máximo e é tanta coisa que os Deputados têm que ler, mas eu faço o máximo e não reconheço nenhuma autoridade a nenhum Deputado desta casa para colocar em causa a capacidade de interpretação e o trabalho desenvolvido pela Representação Parlamentar do PPM.

O PPM faz o máximo e trabalha o máximo e tenho a absoluta convicção do que o que eu faço também fazem os Deputados dos outros partidos incluindo os



Deputados do PS, que em muitos deles admiro profundamente o trabalho que desenvolvem e têm desenvolvido ao longo da sua atividade profissional.

Portanto, não se venha com estas guerrinhas dizer “os senhores não leem” porque isso é desprestigiar o Parlamento e é desprestigiar constantemente os colegas.

**Deputado Francisco Coelho (PS):** É sim senhor!

**O Orador:** Meus senhores, quem atira a primeira pedra, já está no evangelho.

Os senhores deveriam ler a bíblia e não atirem a primeira pedra porque a seguir caem-lhes uma montanha de pedras em cima daqueles que tiveram esse propósito de lançar lama para os outros e lançar a primeira pedra.

Eu tenho tantas pedras para lançar também, se entrarmos nesta dialética.

**Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** Já lançou muitas!

**O Orador:** Termino, Sra. Presidente dizendo-lhe o seguinte: fui, nesta matéria, profundamente enganado, repito, enganado.

**Deputada Zuraída Soares (BE):** Não se pode dizer isso!

**O Orador:** O Governo Regional tinha consciência do que estava a fazer e escondeu essa informação.

O que eu peço e o que eu solicito é que me deem uma declaração pública em que tivessem dito aos trabalhadores: “Srs. trabalhadores, nós estamos aqui à vossa disposição, mas lembrem-se de uma coisa, temos isto e isto que é bom, mas temos aqui uma coisa que é má, é que vamos tirar-lhes as horas extraordinárias”. O Sr. Vice-Presidente diz isso a alguém? Não vi nenhuma reunião em que o Sr. Vice-Presidente tivesse dito o que é que ia acontecer em relação às horas extraordinárias.

**Presidente:** Tem de terminar, Sr. Deputado.

**O Orador:** Portanto, o Sr. Vice-Presidente e o Governo Regional, estavam perfeitamente conscientes do que estavam a fazer, como também está (e é a última referência) perfeitamente consciente em relação ao artigo 44º. e ao que aqui está escrito e ao seu compromisso, que foi o seu compromisso pessoal, Sr. Vice-Presidente: “será adicionado às matrizes curriculares do 2º. e 3º. ciclos do ensino básico, a partir do ano letivo de 2014/2015...

**Presidente:** Tem de terminar, Sr. Deputado...

**O Orador:** ... a disciplina de História, Geografia e Cultura dos Açores”.

**Presidente:** ... já ultrapassou largamente o seu tempo.

**O Orador:** Até agora Sr. Vice-Presidente estou a ser enganado.

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados, o Sr. Deputado Paulo Estêvão, apesar de tudo, lembrou bem o evangelho porque estamos a caminho da Páscoa e aproveito para desejar-vos uma boa Páscoa.

Vou apenas ler a proposta de deliberação final: **“A mesa da Assembleia Legislativa da RAA, propõe que a Assembleia declare findo o período legislativo de abril”**.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

**Secretária:** A proposta de deliberação apresentada foi aprovada por unanimidade.

**Presidente:** Muito obrigada a todos. Uma boa Páscoa e um bom regresso a casa.

*Eram 13 horas e 27 minutos.*

*Deputados que entraram durante a sessão:*

**Partido Socialista (PS)**

**António** Gonçalves Toste **Parreira**

**Partido Social Democrata (PSD)**

**Cláudio** José Gomes **Lopes**

*Deputados/a que faltaram à sessão:*

**Partido Socialista (PS)**

**Francisco** Miguel Vital Gomes do Vale **César**

**José Carlos Gomes San-Bento** de Sousa

Maria da **Graça Oliveira Silva**

(\*) Texto não revisto pelo orador

## **Documento entrado**

### **Listagem da correspondência:**

#### **1 – Projeto de Decreto Legislativo Regional:**

**Assunto:** [Adapta à Região Autónoma dos Açores o Decreto-Lei n.º 241/2007, de 21 de junho, alterado pela lei n.º 48/2009, de 4 de agosto, e pelo Decreto-Lei n.º 249/2012, de 21 de novembro, que define o Regime Jurídico aplicável aos Bombeiros Portugueses - n.º 30/X](#)

**Autor:** PSD

**Data de Entrada:** 2014 – 04 – 09

**Comissão:** Política Geral

**Data limite do parecer:** 2014 – 05 – 12.

#### **2 – Projeto de Resolução:**

**Assunto:** [Pedido dos Açores como membro associado da Unesco - n.º 67/X](#)

**Autor:** PPM

**Data de Entrada:** 2014 – 04 – 08

**Comissão:** Política Geral

**Data limite do parecer:** 2014 – 05 – 12.

#### **3 – Diários:**

Consideram-se aprovados nesta Sessão Plenária os Diários n.º s 54, 55 e 56.

**P<sup>1</sup>la redatora:** Noélia Escobar